ANEXO I – CONTRATO

QUANTITATIVO POR SECRETARIA

ITEM	QT	ESPECIFICAÇÃO	AÇÃO SOCIAL	EDUC.	ADM	SAUDE	AGRI	ESP.	MEIO AMB.	OBRAS	PLAN	TOTAL
1	PCT	Absorvente, higiênico, descartável, tripla proteção, extra suave, com abas, pacote com 16 unidades.	150	0	0	0	0	15	0	0	0	165
2	UNT	Ácido Muriático, acido cloridrico, limpador base acida, composição basica, acido sulfônico, fluoridrico e muriatico, aspecto fisico, limpido,cor incolor, aplicação, limpeza de pisos, caracteristica adicional, biodegradavel Embalagem com 1litro	0	0	10	400	0	15	0	0	0	425
3	UNT	Amaciante de roupa, com tampa abre e fecha com lacre de rosquear, Aspecto físico: líquido viscoso concentrado, perfumado. Composição: Cloreto de destaril dimetil amônio, conservante, corante, fragrância e veículo. Princípio ativo: Cloreto de destaril dimetil amônio para no mínimo 60 lavagens - A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Frasco de 2 litros.	0	400	0	0	0	0	0	0	0	400
4	UNT	Amaciante de roupa, com tampa abre e fecha com lacre de rosquear, Aspecto físico: líquido viscoso concentrado, perfumado. Composição: Cloreto de destaril dimetil amônio, conservante, corante, fragrância e veículo. Princípio ativo: Cloreto de destaril dimetil amônio para no mínimo 60 lavagens - A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Frasco de 5 litros.	350	400	100	0	0	0	0	0	0	850
5	UNT	Água sanitária, hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, com, no mínimo, de 2,5% de cloro ativo, incolor, lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pias e desinfecção de alimentos. Embalagem plástica de 05 litros, opaca dotada de tampa com lacre, devendo atender a NBR 13390/2006. O produto deverá estampar no rótulo o número do registro no ministério da saúde, marca, volume líquido, nome do fabricante, endereço completo, nome e registro do técnico responsável pelo produto, número de SAC (serviço de atendimento ao consumidor), composição química qualitativa e teor do princípio ativo em percentual peso por peso (p/p). Número do lote, data de fabricação e prazo de validade do produto presentes no corpo ou no rótulo da embalagem.	350	700	400	3.000	40	30	60	60	12	4652
6		Álcool em gel, álcool etílico hidratado 70° INPM, higienizante para as mãos, anti séptico, desinfetante com triclosan. Embalagem com 500g. Caixa com 12 unidades.	70	290	100	900	2	04	05	10	0	1381
7		Álcool, ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO HIDRATADO 70% INPM – com ação antisséptica, com 70% de álcool etílico, com eliminação de 99,9% das bactérias. Frasco de 1 litro	280	290	50	15.000	30		30	30	0	15710

006219

8	UNT	Aparelho de barbear 03 lâminas, fita lubrificante aperfeiçoada, cabo elastomérico, com textura antideslizante pele sensível.	50	0	0	200	0	0	0	0	0	250
9	UNT	Balde, Balde p/uso doméstico transparente; de polipropileno; com capacidade de 15 litros; com alça metálica e bordas reforçadas;	40	340	30	100	5	6	05	10	3	539
10	UNT	Bacia, Redonda Canelada, Gigante 23x48,5cm de Diâmetro – capacidade: 40litros, tamanho aproximado: a:23xl:48.5cm peso aproximado: 810 g tipo de produto: bacia gigante branca composição: plástico	40	400	30	0	0	1	0	0	0	471
11	UNT	Bacia, Capacidade: 30l Tamanho aproximado: a:19xl:53cm Peso aproximado: 545g Tipo de produto: bacia gigante branca composição: plástico	40	0	30	0	0	0	0	0	0	70
12		Brilha alumínio líquido: frasco 500 ml a base de ácido clorídrico e glicólico. Informações do produto, quantidade e data de validade impressa na embalagem.	0	2000	100	0	0	0	0	0	0	2100
13	UNT	Cera, Cera liquida para piso; auto brilho; composição básica carnaúba e parafina, solvente, tenso ativos não iônicos, fragrância, água e outras substancias químicas permitidas; pronto uso; cor incolor; acondicionado em frasco plástico tampa flip top, contendo 750ml;com validade máxima de 02 anos.	0	400	0	0	0	0	0	0	0	400
14	UNT	Cera, Cera liquida para piso; auto brilho; composição básica carnaúba, parafina, solvente, tenso ativos não iônicos, fragrância, água e outras substancias químicas permitidas; pronto uso; cor vermelha; acondicionado em frasco plástico tampa flip top, contendo 750ml;com validade máxima de 02 anos.	0	350	0	0	0	0	0	0	0	350
15	UNT	Cera, em pasta C/ 400g Cera de carnaúba e polietilênicas parafinas, solventes alifáticos, silicone, perfume.	0	350	0	0	0	0	0	0	0	350
16	UNT	Cesto de roupas 50lts, largura 40, profundidade 30 altura58. cor preta, material plastico, com tampa,material resistente	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10
17	UNT	Conjunto de escovas para limpeza de mamadeiras, contendo 02 escovas com tamanhos diferentes para limpeza da mamadeira e do bico. Cabo em polipropileno e cerdas sintéticas.	15	216	0	0	0	0	0	0	0	231
18	UNT	Condicionador para Cabelos infantil neutro, embalagem compra frasco de 200ml, não deve possuir álcool. Fragrância suave, testado dermatologicamente.	250	100	0	0	0	0	0	0	0	350
19		Condicionador para uso adulto condicionador para hidratação, embalagem 400ml, hidratação de coco, enriquecido com óleo de coco.	250	0	0	0	0	0	0	0	0	250
20	UNT	Colônia Infantil suave, fragrância, sem álcool etílico, testado dermatologicamente, embalagem com mínimo 100ml. Contendo data de fabricação, n° de lote e prazo de validade.	100	0	0	0	0	0	0	0	0	100

006220

21	CX	Copo descartável, mínimo 180 ml PP, caixa c/ 25 pacotes de 100 unidades cada.	140	200	200	1.000	5	25	05	30	1	1606
22	UNT	Corda para varal 10m, material plástico, altamente resistente.	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10
23	UNT	Creme dental infantil com flúor, ação bactericida, embalagem peso líquido mínimo de 50g, em embalagem de papelão com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de 03 anos.	120	0	0	0	0	0	0	0	0	120
24	UNT	Creme dental adulto de primeira linha 180g, uso adulto, composto de monofluorsfato de sódio, carbonato de cálcio, água, laurel sulfato de sódio, com flúor.	120	0	0	0	0	0	0	0	0	120
25	UNT	Creme para pentear os cabelos, infantil, mínimo 200ml, de primeira qualidade.	110	0	0	0	0	0	0	0	0	110
26	CX	Curativo transparente 1,9 cm x 7,6 cm caixa com 40 unidades.	15	0	10	30	0	0	0	0	0	55
27		Detergente para louças, Detergente líquido para lavar louças em 500 ml, neutro glicerinado, tampa transparente em fragrâncias agradáveis, com concentração de ativos, com alto poder de limpeza em sua composição, para garantir a completa remoção das sujidades, sem danificar a delicada pele das mãos, com fórmula testada dermatologicamente. Frasco de 500 ml.	2.700	10.000	1000	3.500	30	50	100	400	12	17792
28	UNT	Detergente CONCENTRADO à base de hidróxido de amônio e tensoativos aniônico e não iônico, indicado para remoção de sujidades pesadas, como óleos, gorduras, graxas e películas de cera. Deve possuir diluição de 1:100 para limpeza leve e 1:50 para limpeza pesada. Deve possuir notificação junto à ANVISA e validade de 24 meses; Galão 5 litros.	250	0	0	50	0	0	0	0	0	300
29	UNT	DETERGENTE CONCENTRADO NEUTRO PARA BANHOS DE LIMPEZA DE MATERIAIS MÉDICOS E LABORATORIAIS. Contendo: Tensoativo aniônico, espessante, conservante, alcalinizante e água. Para pronto uso (puro) ou na forma diluída, incolor, contendo pH entre 6,5 – 7,5, densidade entre 1.040 – 1,09g/ml. Validade do produto de no mínimo 24 meses; Galão 5 litros.	0	0	0	100	0	0	0	0	0	100
30	UNT	Detergente indicado para lavagem de louças e utensílios em cozinhas e lactários composto por tensoativos não iônico e aniônico, solventes hidrossolúveis e hidróxido de potássio. Deve possuir pH entre 10,4 e 11,4. Com excelente poder de limpeza e remoção de gorduras e óleos. Deve ser concentrado, com diluição entre 2,5 e 8%. Apresentação em Galão 5 litros. Notificação na ANVISA e validade de 24 meses.	0	0	0	100	0	0	0	0	0	100
31	UNT	Detergente líquido enzimático CONCENTRADO, baixa espuma, contendo 5 enzimas (duas proteases, amilase, lipase e celulase), álcool isopropílico, tensoativo não iônico, não irritante de pele e mucosas, pH na faixa da neutralidade (puro: 6,6 – 7,4 e diluído a 1mL/L: 6,4 – 7,2 – comprovar o pH com laudos), não corrosivo, específico para a limpeza de instrumentais e artigos médicos. Para a limpeza manual, sem necessidade de água aquecida, e limpeza automática, em	0	0	0	550	0	0	0	0	0	550

006221

		temperatura entre 40OC e 55OC. Galão 5 litros.										
32	UNT	Desinfetante de nível intermediário contendo composição equilibrada de PHMB (mínimo 3%) e cloreto de dimetil benzil amônio (máximo 6%), isento de fragrância e corantes, devendo o produto estar de acordo com a ANVISA/ RDC nº 774 de 15 de fevereiro de 2023 e RDC nº 700 de 13 de maio de 2022 – ANVISA/MS. O produto deverá apresentar diluição de uso entre 0,5% (5ml / Litro) a 4% (40 ml / Litro). O produto deve apresentar laudos de atividade antimicrobiana emitidos por Laboratórios REBLAS/ANVISA-MS comprovando, entre outros, a atividade tuberculicida pelo teste confirmatório entre 5 a 10 minutos de contato através da eliminação de Mycobacterium Bovis, conforme RDC nº 700 de 13 de maio de 2022 – ANVISA/MS na metodologia oficial referência: AOAC 19ª Ed./2012 – método 965.12 para Micobactéria (ação tuberculicida). Galão de 5 litros. Deverá fornecer fita reagente indicadora de atividade para Desinfetante de Nível Intermediário que permita checagem com segurança do teor de ativo compatível com o produto.	0	0	0	60	0	10	0	0	0	70
33	CX	Desengordurante Limpeza Pesada Limpador com ação desengordurante, com grande poder de dissolver e emulsificar óleos e gorduras com rapidez e eficiência, sem agredir e,ou manchar as superfícies Embalagem com 300 ml UNIDADE frasco de 500 ml, caixa c/ 24 uni.	60	200	30	80	2	0	0	8	2	382
34	UNT	Desinfetante Hospitalar – Limpador e desinfetante à base de quaternário de amônio. Eficácia contra as seguintes bactérias: Salmonella choleraesuis, Staphylococcus aureus e Pseudomonas aeruginosa. Destinado à desinfecção e limpeza de superfícies fixas e artigos não-críticos, como pisos, paredes e superfícies duras e não-porosas como azulejos, cerâmicas, metais, porcelanatos, etc., em hospitais, enfermarias, clínicas, consultórios médicos e dentários. Embalagem de 5 litros Princípio Ativo: quaternário de amônio de 4ª Geração Teor de ativos: Mínimo de 848 ppm (produto diluído) Fragrância: Pinho	0	0	0	750	0	0	0	0	0	750
35	UNT	Desinfetante: 02 litros Composição: nonilfenol, quaternário de amônio (cloreto de benzalcônio), fragrância, corantes e água filtrada. Concentrado para desinfecção e aromatização de ambientes. Isento de partículas insolúveis. Contendo externamente prazo de validade, nome responsável técnico, fabricante, OBRIGATÓRIO registro ou notificação no Ministério da Saúde e registro ou notificação da ANVISA, quantidade, modo de usar, composição química, forma de conservação e armazenamento; advertência para não reutilização da embalagem, precauções, classe toxicológica (se houver), conduta em caso de acidentes.	300	1200	500	4.200	30	50	80	200	12	6572
36	UNT	Desodorante antitranspirante Aerossol, jato seco, sem triclosan, sem álcool. 48h, conteúdo 150ml, (feminino).	130	0	0	0	0	20	0	0	0	150

000222

37	UNT	Desodorante antitranspirante Aerossol, jato seco, sem triclosan, sem álcool. 48h, conteúdo 150ml, (masculino).	130	0	0	0	0	0	0	0	0	130
38	UNT	Desodorizador de ambiente, aerosol, sem CFC. Composição: solubilizantes, coadjuvantes, perfumes e butano. Essências suaves: flores brancas. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400ml.	350	0	350	2.000	30	5	20	20	24	2799
39	UNT	Dispenser para detergente material polipropileno, 650ml, cor preto ou vermelho.	20	0	0	0	2	0	0	0	0	22
40	UNT	DISCO FIBRAS PARA ENCERADEIRA 510 MM / PARA TRATAMENTO DE PISOS.	0	0	0	350	0	0	0	0	0	350
41	UNT	DISCO FIBRAS PARA ENCERADEIRA 350 MM / PARA TRATAMENTO DE PISOS.	0	0	0	350	0	0	0	0	0	350
42	UNT	DISPENSADOR PARA COPOS descartáveis 180/200ml.Corpo feito em plástico transparente com varetas nas laterais e tampa plástica removível. Capacidade: 150 copos e Dimensão: 45x8cm.	20	0	0	65	2	05	05	3	0	100
43	UNT	Escova Dental Infantil cerdas macias, arredondadas, confeccionadas em material sintético de qualidade. Cabo ergonômico, antiderrapante, de fácil manuseio por crianças ou responsáveis. Produto atóxico, conforme normas da ANVISA, com embalagem individual lacrada. Cores e estampas infantis sortidas.	30	0	0	0	0	0	0	0	0	30
44	UNT	Escova Dental Adulto cerdas macias, arredondadas, confeccionadas em material sintético resistente e de qualidade. Cabo ergonômico, antiderrapante, proporcionando conforto e eficiência durante a escovação. Produto atóxico, em conformidade com normas da ANVISA, com embalagem individual lacrada.	30	0	0	0	0	0	0	0	0	30
45	UNT	Escova para roupa, oval para lavar: material cerdas: nylon, material base: madeira, oval, dimensões aproximadas: 7x13x4 cm, aplicação: lavar roupa , validade indeterminada .	60	100	20	60	0	0	0	0	2	242
46	UNT	Enxaguante bucal antisséptico 500 ml, sabor hortelã.	20	0	0	0	0	0	0	0	0	20
47	UNT	Espanador de pó –, material penas, material cabo: madeira, comprimento cabo: 70 cm, características adicionais: torneado e reforçado. Torneado e reforçado.	30	180	0	50	3	0	0	0	2	265
48	PCT	Esponja de lã de aço, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, comprimento. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 8 unidades. De primeira qualidade.	150	700	30	450	5	0	10	15	3	1363

006223

49	PCT	Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110mmx75mmx20mm, aproximadamente abrasividade média. Composição: espuma de poliuterano combactericida com ions de prata, fibra sintética com abrasivo. Pacote c/ 10 unidades. De primeira qualidade.	300	800	100	1.000	5	10	10	12	1	2238
50	UNT	Esponja de banho para criança, em espuma, retangular medindo (115x77) mm com 23mm de espessura.	30	0	0	0	0	0	0	0	0	30
51	UNT	Fio dental de primeira linha, aproximadamente 50m.	50	0	0	0		0	0	0	0	50
52	UNT	Flanela para limpeza, 100% de algodão, puro, felpudo, macio, com acabamento em overloque nas bordas, 40x60cm, cor branca. Pacote com 1 unidade.	400	2000	300	1.000	30	30	30	50	15	3855
53	CX	Fósforo cloreto de potássio e aglutinantes pacotes com 10 caixas de 40 palitos	20	50	0	50	15	0	0	0	0	135
54	PCT	Fralda descartável, tamanho M (6 à 10 kg), formato anatômico, com extrado de algodão e elástico nas pernas, contendo cobertura interna em falso tecido e flocos absorventes que retêm a umidade longe da pele, cobertura externa impermeável, fitas adesivas reguláveis e sistema abre fecha para fixação. Pacote c/ 30 unidades.	20	300	0	0	0	0	0	0	0	320
55	PCT	Fralda descartável, tamanho G (acima de 10 kg), formato anatômico, com extrado de algodão e elástico nas pernas, contendo cobertura interna em falso tecido e flocos absorventes que retém a umidade longe da pele, cobertura externa impermeável, fitas adesivas reguláveis e sistema abre fecha para fixação. Pacote c/ 28 unidades.	20	300	0	0	0	0	0	0	0	320
56	PCT	Guardanapo de papel, material celulose, largura 22cm, comprimento 23cm aproximadamente, cor branca 100% celulose virgem, tipo folhas simples, macio. Pacote com 50 unidades.	300	400	50	1.100	40	10	30	50	1	1981
57	UNT	ISQUEIRO - BINGA	0	50	10	10	15	0	0	5	0	90
58	CX	Haste flexível, em pvc rígido, com cabeças algodoadas fixadas nas extremidades, caixa com 300 unidades.	30	0	0	0	0	0	0	0	0	30
59	UNT	Lenços umedecidos, para higiene de crianças na faixa de 0 a 12 meses, dermatologicamente testado, com Aloe Vera, medindo 20cmX15cm aproximadamente, pacote plástico com abertura superior contendo 50 unidades.	400	300	30	0	0	0	0	0	0	730
60	CX	Limpa vidro, tipo líquido. Composição: Lauril éter sulfato de sódio, álcool etoxilado, alcalinizante, coadjuvantes, fragrância e água. Frasco plástico de 500ml, com gatilho. Caixa c/ 12 unidades.	40	300	10	125	2	10	05	5	0	497
61	CX	Limpador multiuso: LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTI-USO acondicionado em embalagem plástica. Com tampa flip-top e bico pulverizador. Princípio ativo: Alquil (ou dodecil) benzeno sulfonato de sódio linear. Com tensoativo biodegradável. Para limpeza de superfícies em geral. Ação esperada: desengordurante, desincrustante e aromatizante. Deve possuir aroma agradável, fragrância limão, maça e laranja, ser inócuo à pele, apresentando completa solubilidade em	100	200	100	330	5	05	10	15	2	767

006224

		água. Validade mínima de 30 meses a partir da data de entrega. Frasco plástico de 500ml. Caixa c/ 24 unidades. De primeira qualidade.									
62	UNT	Lixeira plastica cesto telado para lixo, tamanho pequeno,formato balde(cônico), medindo aproximadamente 26(+-2)cm de diâmetro siperior x 28(+/- 2cm) de altura, capacidade aproximada de 10 lts, confeccionado em plástico resistente (cores diversas)	0	0	20	150	2	0	10	10	4	196
63	UNT	Lixeira, material polietileno, capacidade 20 litros, com tampa e pedal rodomoldada (acionamento da tampa por pedal), na cor branca.	30	180	20	0	2	5	10	5	1	253
64	UNT	Lixeira, plástica, fechada, capacidade 9 litros, sem tampa, medindo 28cm de diâmetro, na cor preta.	30	40	20	0	5	0	20	0	0	115
65	UNT	Lixeira com pedal 100 L, Preta, material polietileno de alta densidade, com aro de fixação de saco de lixo.	20	20	5	0	2	0	06	0	0	53
66	UNT	Lixeira tubular com pedal, cor branca, capacidade: 5 litros, sistema de abertura por fio de nylon, abertura por pedal.	0	0	0	100	0	0	06	0	0	106
67	UNT	Lixeira tubular com pedal nas cores branco, azul preto e laranja coletor de lixo com capacidade aproximadamente de 20 litros. Material do corpo: polietileno c. Material do pedal: ferro galvanizado	0	0	0	50	0	0	06	0	0	56
68		Lixeira, material polietileno, capacidade 20 litros, com tampa e pedal rodomoldada (acionamento da tampa por pedal), na cor verde.	0	0	0	0	0	0	20	0	0	20
69	UNT	Lustra móveis. Emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas. Composição: cera de carnaúba, silicone,solvente, emulsificante, conservante, seqüestrante, perfume, essencia e água. Aroma de lavanda preferencialmente. Frasco plástico de 200ml com bico econômico.	0	1000	0	200	20	10	10	10	15	1265
70	UNT	Loção hidratante infantil, corporal para pele seca, primeira qualidade, hipoalérgica mínimo 300ml.	100	0	0	0	0	0	0	0	0	100
71		Luva De Limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno flaconada azul, amarela laranja e verde, espessura 0,54mm apresentar ficha técnica com a amostra reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno.	0	500	0	650	0	10	50	0	0	1210
72		Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno flaconada azul, amarela laranja e verde, espessura 0,54mm apresentar ficha técnica com a amostra reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio.	110	700	50	800	10	0	50	20	0	1740

006225

73		Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno flaconada azul, amarela laranja e verde, espessura 0,54mm apresentar ficha técnica com a amostra reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande.	110	900	50	1.000	10	0	50	10	0	2130
74	UNT	MOP PARA LIMPEZA - Inclui balde centrifuga, Com alça de aço inox / pp, pano de microfibra, Material do cabo - Aço inox / PP, cabo regulável com 128 cm.	20	0	5	8	0	2	0	0	0	35
75	UNT	HIPOCLORITO 1% - 5 litros	0	0	0	115	0	35	0	0	0	150
76	UNT	Pá coletora lixo, com alça articulável com cabo longo. Medidas aproximadas: 250x225x800mm. Medidas aproximadas.	30	200	30	25	2	0	10	10	1	308
77		Papel higiênico, de alta qualidade, 100% celulose virgem, picotado, grofado, com relevo Gramatura (g/m²) - média 14,00 - 16,00 Resistência Longitudinal (kN/m) - média 0,10 - 0,15 - Resistência Transversal (kN/m) - média 0,08 - 0,12 FICHA TÉCNICA DE PRODUTO- na proposta. Resistência Úmida (kN/m) - média máx. 0,02 - Alvura Média (%) 85,00 - 87,50, folha dupla, na cor branca, neutro. Fardo com 64 rolos, medindo 30mx10cm cada rolo.	420	900	300	800	20	50	20	50	2	2562
78	UNT	Pano de copa, para cozinha, composto de 90% algodão e 10% poliéster, em cores claras (branco, amarelo claro, verde claro, azul claro, rosa, e outras cores claras), medindo 40X60cm aproximadamente.	400	1800	100	1.100	20	0	20	50	10	3500
79	UNT	Pano de limpeza de chão, para uso doméstico. Composição: saco branco duplo, 100% de algodão,300 gr alvejado, pré-amaciado, medindo 65x44cm, com oscilação de 10% nas medidas. Embalado em saco plástico transparente contendo 1 unidade.	400	1800	200	1.500	30	20	20	100	10	4080
80	UNT	Passador de cera, de uso doméstico, de madeira, com espuma retangular medindo 4,5x30cm, aproximadamente, cabo de madeira revestido medindo 1,20m, aproximadamente	0	120	0	0	0	0	0	0	0	120
81	UNT	Pomada preventiva contra assaduras, para bebês, 45G, com óxido de zinco, vitaminas A e D para proteger a pele do bebê. Palmitato de retinol 5.000UVg, 900UVg, óxido de zinco 150mg/g	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
82	UNT	Porta Sabonete Líquido, Álcool Gel ou detergente, possui design elegante e bico dosador. Corpo branco ou transparente, possibilitando a visualização da quantidade do produto dentro do recipiente. Feito em acrílico transparente para visualizar quando esta no final. Ele pode ser fixado na parede com ventosas para azulejos ou parafusos. Capacidade: 600 ml Material: Acrílico e plástico Dimensões da embalagem: 21 x 8 cm aproximadamente.	15	0	10	150	3	0	05	3	2	188
83	PCT	Prendedor de roupas para varal, material plástico, pacote com 36 unidades.	15	50	0	0	0	0	0	0	0	65

006226

84	UNT	Protetor Solar FPS 50, tripla proteção, branco, em creme, proteção uva + uvb, embalagem 200ml.	80	0	0	0	15	0	20	150	15	280
85	UNT	Querosene – liquido incolor de odor agradável, tipo eucalipto, inflamável, Frasco de 500 ml.	50	1000	100	200	10	0	10	10	6	1386
86	UNT	REFIL ALCOOL GEL bactericida neutro refil 800 ml para dispenser.	0	0	0	650	20	0	0	0	0	670
87	UNT	REFIL SABONETE LIQUIDO neutro refil 800 ml para dispenser	0	0	0	600	30	0	0	0	0	630
88	UNT	Removedor - Super Clean – Removedor de Limpeza Pesada – embalagem 2 Litros	300	1900	100	550	20	0	20	40	6	2936
89	UNT	Repelente contra insetos, para a pele, 100ml, tipo sray.	30	0	0	0	15	0	20	0	12	77
90	UNT	Repelente contra insetos, para a pele 100 ml, em creme.	30	0	0	0	15	0	10	0	0	55
91	UNT	Rodo duplo; com cepa de polipropileno, medindo 60cm de comprimento; 4 cm largura, borracha dupla; com espessura 3,5mm cabo de madeira com acabamento plastificado 120 cm com rosca para fixação.	150	700	30	350	5	20	10	50	2	1317
92	PCT	Sabão em barra, de glicerinado, 1 kg. Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, corante e outras substâncias químicas permitidas. Pacote c/ 5 unidades.	300	600	20	360	5	20	10	20	1	1336
93	UNT	Sabão em pó de uso doméstico, biodegradável, com branqueador optico testado dermatologicamente, essências diversas, com ação biológica e de amaciamento expressas na embalagem, que deverá ser firme e resistente. Caixa de 800g embalagem cem porcento reciclável escrito na embalagem, contendo a identificação, marca do fabricante, químico responsável, data de fabricação não superior a 60 dias, prazo de validade e notificação na ANVISA - MS e composição química do produto contendo no mínimo as seguintes palavras: linear alquil benzeno sulfonato de sódio, coadjuvantes, sinergistas.	1.000	2000	300	5.500	30	50	60	100	12	9052
94	UNT	Saponáceo cremoso. Composição: tensoativos aniônicos e não-aniônicos, espessante, alcalinizantes, agente abrasivo, agente de branqueamento e essência. Componente ativo biodegradável linear alquibenzeno. Frasco plástico de 300ml.	0	900	50	550	0	20	10	12	0	1542
95	UNT	Sabonete para uso adulto sabonete hidratante, 85g Sabonete em Barra Hidratante Proteínas do Leite desenvolvido para todos os tipos de pele. Composição Sodium Tallowate; Aqua; Sodium Palm Kernelate; Zea Mays Starch; Glycerin, Parfum; Sine Adipe Lac; Sodium Chloride; BHT; Tetrasodium EDTA; Etidronic acid; Linalool; d-Limonene; Citronellol; CI 77891.	300	0	0	200	0	0	0	0	0	500
96	UNT	Sabonete infantil, 90gr, de glicerinado, sólido em barra, de baixa irritação dérmica, fragrância suave, dermatologicamente testado, indicado para bebes. Embalagem individual, contendo nome do fabricante, data de fabricação e data de validade.	300	200	0	100	0	0	0	0	0	600

006227

97		Sabonete líquido, aspecto físico viscoso, com fragrância agradável. Aplicação: para higienização e hidratação da pele com aloe vera. Composição: dietano, lâmina de ácido graxo de côco, metildibromo, glutaronitria e fenoetanol. Frasco de 1 litro.	400	900	200	1.500	30	5	20	15	12	3082
98	PCT	Saco plástico lixo, capacidade 100 litros, cor preta, largura 75, altura 105 cm, aproximadamente de polipropileno, espessura 12 micras. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 100 unidades	700	2000	150	1.000	30	30	50	40	2	4002
99	PCT	Saco plástico lixo, capacidade 30 litros, cor preta, largura 59, altura 62cm aproximadamente de polipropileno, espessura 6 micras. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 20 unidades.	700	2000	300	1.000	30	50	50	250	6	4386
100	PCT	Saco plástico lixo, capacidade 50 litros, cor preta, largura 63, altura 80cm, aproximadamente, de polipropileno, espessura 6 micras. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 20 unidades.	700	2000	300	1.000	30	50	50	250	3	4383
101	PCT	Saco de lixo hospitalar - cor laranja, 8 micras, capacidade 100 litros, cada pct com 100 unidades, com registro na ANVISA.	0	0	0	300	0	0	0	0	0	300
102	PCT	Saco de lixo hospitalar - cor azul, 8 micras, capacidade 100 litros, cada pct com 100 unidades, com registro na ANVISA.	0	0	0	300	0	0	0	0	0	300
103	PCT	Saco de lixo hospitalar cor branco leitoso, 8 micras, capacidade 50 litros, cada pct c/ 100 unidades, com impressão da simbologia de material infectante, com registro na ANVISA	0	0	0	300	0	0	0	0	0	300
104	PCT	Saco de lixo hospitalar cor branco leitoso, 8 micras, capacidade 100 litros, cada pct c/ 100 unidades, com impressão da simbologia de material infectante, com registro na ANVISA	0	0	0	300	0	0	0	0	0	300
105	PCT	Saco de lixo hospitalar cor vermelho, capacidade 20 litros, cada pct c/ 100 unidades, com impressão da simbologia de material infectante, com registro na ANVISA.	0	0	0	50	0	0	20	0	0	70
106	PCT	Saco de lixo hospitalar cor vermelho, capacidade 50 litros, cada pct c/ 100 unidades, com impressão da simbologia de material infectante, com registro na ANVISA.	0	0	0	50	0	0	0	0	0	50
107	UNT	SOLUÇÃO ALCOÓLICA PARA ANTISSEPSIA CIRÚRGICA DAS MÃOS. Solução alcoólica, isenta de gel, para antissepsia cirúrgica das mãos à base de álcool + clorexidina, peróxido de hidrogênio e ácidos graxos essenciais, combinando atividade antimicrobiana rápida, ampla e persistente de acordo com EN 12791. Frascos de 500 ml	0	0	0	1.000	0	0	0	0	0	1000
108	UNT	Shampoo para Cabelos infantil, fragrância suave, testado dermatologicamente. Embalagem contendo no mínimo 400ml, com identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	240	100	0	0	0	0	0	0	0	340
109	UNT	Shampoo para uso Adulto embalagem 400 ml, hidratação, de coco, enriquecido com óleo de coco e cúrcuma.	240	0	0	0	0	0	0	0	0	240

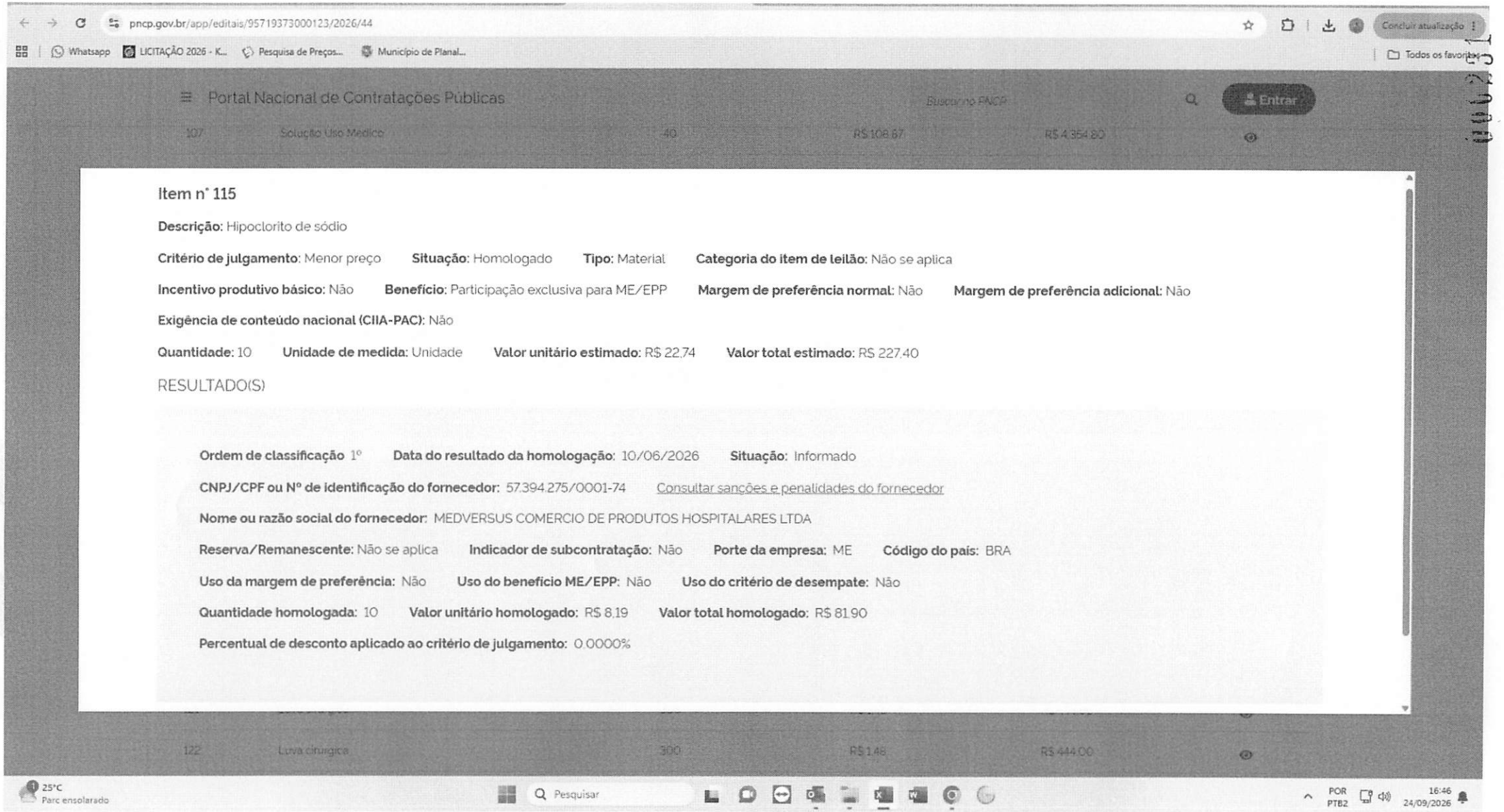
006228

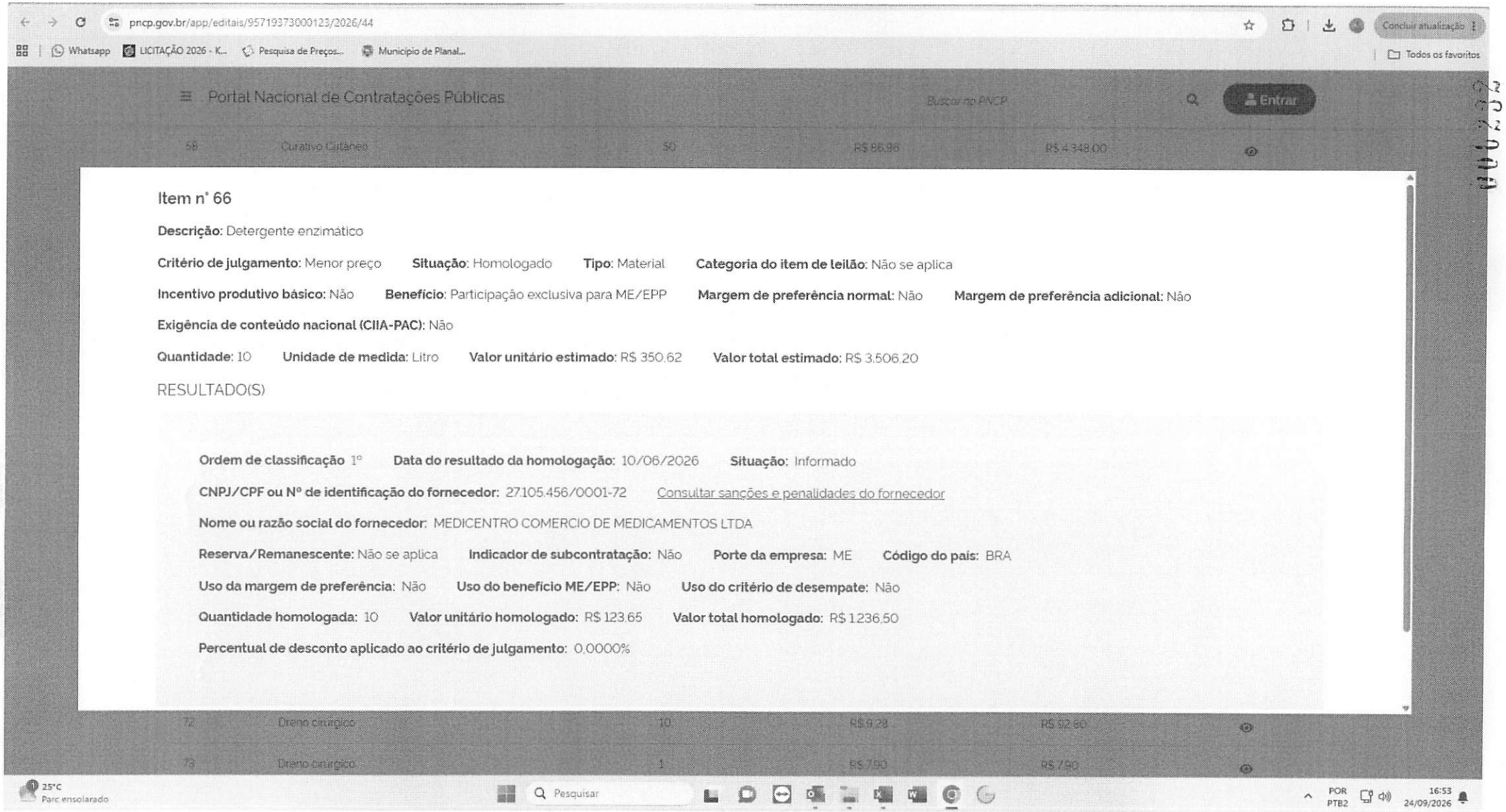
110	UNT	Suporte p/papel toalha - Toalheiro interfolha esmaltado para papel 3 dobras (23x27cm); - Possui fechadura em plástico ABS. Acompanha kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos;Dimensões: 18 cm (altura) x 24,5cm (largura) x 14,5cm (profundidade) aproximadamente. Na cor Branco	15	0	10	100	3	05	05	3	2	143
111	UNT	Talco para bebê em pó, de alta qualidade, com peso líquido de 200 g, formulado especialmente para assaduras, irritações e proteção diária da pele sensível dos recém-nascidos e crianças. Produto dermatologicamente testado, com pH adequado e hipoalergênico, que auxilia na absorção de umidade, mantendo a pele seca, macia e protegida. Deve ser isento de substâncias nocivas, fragrância suave apropriada para uso pediátrico e embalagem segura, vedada e de fácil manuseio. O talco deverá atender às normas de segurança e saúde vigentes, garantindo uso seguro em interface com a pele delicada.	100	100	10	0	0	0	0	0	0	210
112	UNT	Toalha de banho, 100% algodão, medindo 0,70cm X 1,30m aproximadamente, cores claras diversas	150	120	0	0	0	0	0	0	0	270
113	PCT	Toalha de papel, tipo folha 2 dobras, comprimento 27cm, largura 23cm, aproximadamente cor branca, super-resistente, rápida absorção de líquido, grofada. Aplicação: higiene pessoal. Pacote com 1.000 folhas.	1.000	8000	800	10.000	100	35	30	0	40	20005
114	UNT	Toalha de rosto, 100% algodão, felpa dupla, com 03 tramas 2x2, gramatura entre 301 e 400g/m2, com barra nos quatro lados, medindo 70x45cm aproximadamente. Cores diversas.	150	120	50	0	5	0	10	0	10	345
115	PCT	Touca Descartável Sanfonada - Confeccionadas com elástico especial, em todo perímetro da touca. Pacote c/ 100 unidades.	30	5000	2	2.000	0	0	0	0	0	7032
116	UNT	Vassoura, vassoura nylon - cabo rosqueável vassoura nylon cabo rosqueável, com cepa em polipropileno com no mínimo 26 cm com cerdas de nylon felpudas nas pontas, composta de no mínimo de 60 tufos, organizados no mínimo de 4 por 15 fileiras e cada tufos formados po no mínimo de 14 cerdas de nylon macio e flexível com pontas de comprimento mínimo de 14 cm, cabo de madeira ou tubo metálico com 120 /- 5 cm de comprimento, revestido de película plástica, impermeável e ponta de plástico com rosca para fixar na vassoura. a mesma deverá conter rótulo ou corpo gravado com identificação do produto e marca do fabricante.	250	2000	100	800	15	35	20	50	10	3280
117	UNT	Vassoura tipo gari: com cerdas de piaçava, base e cabo material madeira (com cabo incluso). Comprimento mínimo do cabo 1,20 m e base mínimo de 40 cm.	30	200	20	30	0	05	0	10	0	295
118	UNT	Vassourinha sanitária, com corpo em polipropileno, na cor branca e base branca nas dimensões: 38 cm de altura x 11 cm base da bola x 9cm de profundidade.	80	820	50	300	5	20	10	10	8	1303

006229

Avenida Crispim Furquim de Siqueira, 1800 | Butieirinho | 83560-000 | Itaperuçu - PR | (41) 3603-1381 | www.itaperucu.pr.gov.br

006230


pncp.gov.br/app/editais/95719373000123/2026/44
Portal Nacional de Contratações Públicas
Entrar
Item nº 115
Descrição: Hipoclorito de sódio
Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Material Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Participação exclusiva para ME/EPP Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 10 Unidade de medida: Unidade Valor unitário estimado: R$ 22,74 Valor total estimado: R$ 227,40
RESULTADO(S)
Ordem de classificação 1º Data do resultado da homologação: 10/06/2026 Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 57.394.275/0001-74 Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Reserva/Remanescente: Não se aplica Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: ME Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 10 Valor unitário homologado: R$ 8,19 Valor total homologado: R$ 81,90
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%
122 Luva cirúrgica 300 R$ 1,48 R$ 444,00
25°C Parc ensolarado
Pesquisar
POR PTB2
16:46 24/09/2026


pncp.gov.br/app/editais/95719373000123/2026/44
Concluir atualização
Whatsapp
LICITAÇÃO 2026 - K...
Pesquisa de Preços...
Município de Planal...
Todos os favoritos
Portal Nacional de Contratações Públicas
Buscar no PNCP
Entrar
59 Curativo Cutâneo 50 R$ 86,96 R$ 4.348,00
Item nº 66
Descrição: Detergente enzimático
Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Material Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Participação exclusiva para ME/EPP Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 10 Unidade de medida: Litro Valor unitário estimado: R$ 350,62 Valor total estimado: R$ 3.506,20
RESULTADO(S)
Ordem de classificação 1º Data do resultado da homologação: 10/06/2026 Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 27.105.456/0001-72 Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Reserva/Remanescente: Não se aplica Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: ME Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 10 Valor unitário homologado: R$ 123,65 Valor total homologado: R$ 1.236,50
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%
72 Dreno cirúrgico 10 R$ 9,28 R$ 92,80
73 Dreno cirúrgico 1 R$ 7,90 R$ 7,90
25°C
Parc ensolarado
Pesquisar
POR
PTB2
16:53
24/09/2026

INSIRA SUA LOGO AQUI

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

Relatório Resumido de Cotação: MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E COMODATO

Pesquisa realizada entre 17/09/2026 16:14:04 e 24/09/2026 16:50:26

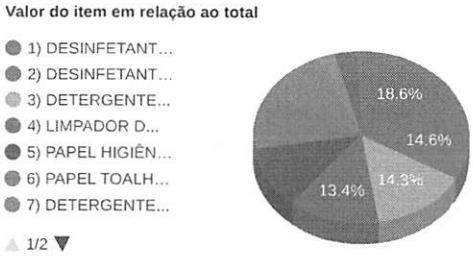
Relatório gerado no dia 24/09/2026 16:58:57 (IP: 167.250.44.146)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
1) PAPEL TOALHA INTERFOLHADO,	4	1.000 Fardos	R$ 25,69 (un)	-	R$ 25,69	11,1%	R$ 25.690,00
2) PAPEL HIGIÊNICO	5	300 Fardos	R$ 88,54 (un)	-	R$ 88,54	11,5%	R$ 26.562,00
3) DESINFETANTE HOSPITALAR BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO	3	200 Litros	R$ 168,14 (un)	-	R$ 168,14	14,6%	R$ 33.628,00
4) LIMPADOR DETERGENTE HOSPITALAR INODORO	2	200 Litros	R$ 155,20 (un)	-	R$ 155,20	13,4%	R$ 31.040,00
5) DETERGENTE NEUTRO PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS	2	200 Litros	R$ 110,37 (un)	-	R$ 110,37	9,6%	R$ 22.074,00
6) SABONETE LÍQUIDO PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E DO CORPO	2	100 Unidades	R$ 56,67 (un)	-	R$ 56,67	2,5%	R$ 5.667,00
7) SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO	3	50 Unidades	R$ 42,00 (un)	-	R$ 42,00	0,9%	R$ 2.100,00
8) ALCOOL GEL 70% ANTISEPTICO PARA HIGIENIZAÇÃO E ANTISEPSIA DAS MÃOS REFIL PARA DISPENSER DE PAREDE	3	100 Unidades	R$ 64,77 (un)	-	R$ 64,77	2,8%	R$ 6.477,00
9) DESINFETANTE HOSPITALAR DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO	2	200 Litros	R$ 214,39 (un)	-	R$ 214,39	18,6%	R$ 42.878,00
10) HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%	3	200 Litros	R$ 8,77 (un)	-	R$ 8,77	0,8%	R$ 1.754,00
11) DETERGENTE ENZIMÁTICO 4 ENZIMAS	2	200 Litros	R$ 165,45 (un)	-	R$ 165,45	14,3%	R$ 33.090,00





006233

Valor Global:	**R$ 230.960,00**

006234

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto – PR, 25 de setembro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni – Prefeito Municipal

Preliminarmente para a autorização do REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR, encaminhamos:

PARA: Secretaria de Finanças;
- à fins de indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente à despesa;

PARA: Departamento de Licitações;
- à fins de elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação;

PARA: Departamento Jurídico;
- à fins de análise e indicação da modalidade a ser adotada.

Cordialmente,

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal.

006235

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto – PR, 25 de setembro de 2026.

DE: Secretaria de Finanças

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção a solicitação do REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR, expedido por Vossa Excelência na data de 24 de setembro de 2026, vimos por meio deste, informar que a despesa decorrente do referido processo observadas as características e demais condições, especificações, valores e quantidades, definidas no edital e seus anexos, não comprometem os recursos mínimos destinados à saúde e a educação, conforme pedido exarado pela secretária municipal de Saúde deste município, Angela Regina Garcia Caneppa, no valor total de **R$ 211.052,00(Duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais).** Sendo que o pagamento será efetuado através das Dotações Orçamentárias:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02220	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

Cordialmente,

JONES ROBERTO KINNER
Contador
C.I. RG Nº 3.654.820-7 - PR

ENSON ELEMAR SCHABO
Secretário de Finanças

006236

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 25/09/2026

Equiplano

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
09 Secretaria de Saúde				**1.425.000,00**	**1.275.000,00**	**692.301,60**	**582.698,40**
126 Fundo Municipal de Saúde				**1.425.000,00**	**1.275.000,00**	**692.301,60**	**582.698,40**
10.301.1001.2027 Gerenciamento e Qualificação da Atenção Primária em Saúde				**870.000,00**	**720.000,00**	**312.902,41**	**407.097,59**
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO							
02220	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	520.000,00	370.000,00	121.109,66	248.890,34
02230	E	00303	0303/01/02/00/00 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	350.000,00	350.000,00	191.792,75	158.207,25
10.301.1001.2030 Fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica e Insumos Profilaticos Me				**550.000,00**	**550.000,00**	**375.417,59**	**174.582,41**
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO							
02410	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00	250.000,00	135.213,85	114.786,15
02420	E	00303	0303/01/02/00/00 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	300.000,00	300.000,00	240.203,74	59.796,26
10.331.1001.2032 Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde				**5.000,00**	**5.000,00**	**3.981,60**	**1.018,40**
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO							
02690	E	00303	0303/01/02/00/00 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00	5.000,00	3.981,60	1.018,40
			Total Geral	**1.425.000,00**	**1.275.000,00**	**692.301,60**	**582.698,40**

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 25/09/2026
Orgão entre: 09 e 09
Natureza de despesa entre: 3.3.90.30.00.00 e 3.3.90.30.00.00
Fonte de recurso entre: 00000 e 00303

0002927

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° .../2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° .../2026
DATA DA REALIZAÇÃO: ../../2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Planalto – Paraná
www.compras.gov.br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.460.526/0001-16, através da Secretaria de Administração, sediado à Praça São Francisco de Assis n° 1583 – centro – Planalto - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Luiz Carlos Boni, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

.. de ..... de 2026 às 09h00min

UASG: 987775 – MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
Local da Sessão Pública: www.compras.gov.br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

É Pregoeira deste Município, na qualidade de Agente de Contratação, a servidora Fernanda Scherer Marzec, auxiliadas pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados pela Portaria nº 485/2026 de 02 de setembro 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n° 3609 de 03 de setembro de 2026.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.compras.gov.br.**

Boni 006238

1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá .. de ..... de 2026 às 09h00min, no site www.compras.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.**

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.compras.gov.br e www.planalto.pr.gov.br/licitacoes/.**

2.3 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotes forem de seu interesse.

2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATSER) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3555-8100/35558121 ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, telefone nº (46) 3555–1589, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

2.7 Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

2.8 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
3.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo a hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), serão desclassificadas.

Boni 000239

3.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 As impugnações ao Edital serão protocoladas em campo específico no sítio eletrônico **www.compras.gov.br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, e deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro(a), responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo que este poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.1.3 O pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.1.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO e sua divulgação se dará na mesma forma de sua divulgação inicial.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.2.1 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, em campo específico no sítio eletrônico **www.compras.gov.br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, o deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.2.2 O pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

006240

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados empresas que sejam especializadas e credenciadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.1 Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.4 Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, e/ou impossibilitados de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma da legislação vigente, e aquelas declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

b) pessoas físicas ou jurídicas que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item "a", enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

c) que não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

000241

d) as pessoas físicas e jurídicas enquadradas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
e) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
f) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
6.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio **www.compras.gov.br** por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
6.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
6.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
6.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.
7.2.1 Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

Boni
006242

7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.3 O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

BONI

006243

7.9 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando em campo próprio do sistema e o preço ofertado.

7.10 Os preços e os objetos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos objetos ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Planalto.

7.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.13 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preambulo deste edital, no sítio **www.compras.gov.br**.

8.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

Boni

006244

8.3 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuara o sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio **www.compras.gov.br** .

8.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e da seguinte forma:
8.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
8.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrera sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
8.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 8.9.

8.9 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:
8.9.1 Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
8.9.2 Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

8.10 Será o considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

8.11 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razoes para a previa desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 8.9.

8.12 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.13 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.14 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.15 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
8.15.1 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
8.16.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.17 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
8.17.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não retira da licitante a responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.18 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R$ 0,01 (um centavo de real).**

8.19 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por **ITEM**.

8.20 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais

bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.20.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.21 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

9 DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1 O Pregoeiro solicitara a licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2 O prazo para envio da proposta e de, no máximo, 02 (duas) horas úteis a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos objetos e/ou equipamentos ofertados, quando for o caso, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

9.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 9.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

9.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

9.1.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.2 A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas,

BONI

006247

devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotes vencidos, quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste edital.

9.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.4 A proposta será desclassificada quando:
a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
9.4.1 O Pregoeiro poderá realizar diligencias para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "c" acima.

9.5 O Pregoeiro examinara a proposta mais bem classificada quanto a compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão o ser superiores aos valores estimados constantes na tabela do Anexo I.
9.5.1 O Pregoeiro poderá promover diligencia destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta.
9.5.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro devera empreender diligencias para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente cera cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, podendo abranger o Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.
10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação a aqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação as empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificara a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 7.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

10.4. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.4.1.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.4.2.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.4.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.4.2.3. O balanço patrimonial exigido será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.4.2.5. A proponente que é Microempreendedor Individual deverá apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional - DASN SIMEI.

10.4.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

10.4.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

Boni
006249

10.4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
10.4.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
10.4.3.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
10.4.3.4.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**
10.4.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
10.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.
10.4.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.
10.4.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.
10.4.7. Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.
10.4.8. Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 10.4.2.2.

10.4.9. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:
10.4.9.1. No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da proponente, emitido por qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, de que atendeu satisfatoriamente ao objeto em quantidade e características compatíveis ao objeto da licitação;
10.4.9.2. Certificado de Licença Sanitária da licitante, vigente na data da sessão, devidamente atualizada pelo órgão sanitário local competente (Vigilância Sanitária), autorizando exercer atividades de comercialização e/ou fabricação dos objetos licitados.

10.4.10. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**
10.4.10.1. Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO III)**;

Bon. 006250

10.5. O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Planalto (DESDE QUE VÁLIDO) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 10.5.1 a 10.5.3, para a documentação por ele abrangida.
10.5.1. Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pela Pregoeira.
10.5.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.5.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
10.5.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
10.5.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

10.6. Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:
10.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
10.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.
10.7.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.
10.7.1.1. Os originais ou copias autenticadas, caso sejam solicitados, devera o ser encaminhados a Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto – PR CEP:85.750-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligencia, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital.

Doni
000251

10.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1. A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

11.2. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3. Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4. Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
III - Em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

11.6. A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8. A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

11.9. Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

11.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos

30 N.
006252

mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinara a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende as exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.5. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

3021
006253

13.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.planalto.pr.gov.br/ .

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

BONI 006254

15.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2. A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

15.1.3. A homologação do resultado desta licitação não obriga está Administração à aquisição do objeto licitado.

16. CONDIÇÕES DO OBJETO, LOCAL E DA EXECUÇÃO

16.1. A CONTRATADA deverá entregar/instalar os objetos e instalar os equipamentos em comodato, conforme a necessidade do município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega/instalação emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega/instalação deverá ser realizada na sede da mesma, localizada na Rua Júlio Skrzypczak, n° 742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, de segunda a sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h.

16.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue/executado;
c) Local onde será entregue/instalado o objeto;
d) Prazo para entrega/instalação dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

16.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas/instalações, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Edital;

16.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega/instalação dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

16.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Edital;

16.6. Os objetos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital, devendo ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Boni
006255

16.7. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

16.8. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

16.9. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

16.10. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

16.11. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

16.12. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

16.13. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

16.14. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

16.15. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser

Boni
006256

prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO COMODATO:

16.16. Para o fornecimento dos insumos, a CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

16.17. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

16.18. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

16.19. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

16.20. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

16.21. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

16.22. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

16.23. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características deste Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

16.24. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

16.25. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus

BONI

006257

equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

16.26. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos neste Edital.

16.27. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

16.28. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

16.29. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

16.30. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

16.31. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

16.32. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1. São Obrigações da CONTRATANTE:

17.1.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato;

17.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Boni 000258

17.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
17.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
17.1.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
17.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA atinentes ao objeto do edital;
17.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.2. São Obrigações da CONTRATADA:
17.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega/instalação do objeto;
17.2.2. Efetuar a entrega/instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
17.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
17.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, o objeto com avarias ou defeitos;
17.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
17.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
17.2.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
17.2.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
17.2.9. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;
17.2.10. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Edital;
17.2.11. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas

006259

obrigações;

17.2.12. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

17.2.13. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

17.2.14. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

17.2.15. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Edital, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderá ser recusada pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

17.2.16. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

17.2.17. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

17.2.18. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

DO COMODATO:

17.2.19. A CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

17.2.20. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

17.2.21. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

17.2.22. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

17.2.23. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período

000260

de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

17.2.24. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

17.2.25. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

17.2.26. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características do Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

17.2.27. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

17.2.28. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

17.2.29. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos no Termo de Referência e Edital.

17.2.30. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

17.2.31. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

17.2.32. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

17.2.33. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

17.2.34. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

006261

17.2.35. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

18.2. Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

18.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.4. A execução definitiva ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

18.5. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

18.6. Valor máximo estimado da licitação é de **R$ 211.052,00(Duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais).**

18.7. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02220	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

18.8. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fara desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será o calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao me s, ou 6% (seis por cento) ao ano.

006252

19. DO REAJUSTE

19.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

19.1.1. Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

19.1.2. Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

19.2. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

19.3. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.4. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.5. Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.6. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

19.7. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.8. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

Boni 000253

19.9. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

19.10. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.11. O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

19.12. O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

20. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO

20.1. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATUAL/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta consta como **Anexos IV e V** deste Edital.

20.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura do Instrumento Contratual.

20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Instrumento Contratual, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

20.4. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

20.5. Para assinatura do Instrumento Contratual, esta deverá ser realizada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurados), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

006264

21. DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 21.1 caracterizara o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitara a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

21.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou a Ata, ficara o também sujeitas as sanções referidas no item 22.1.

21.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa a inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.4. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas
"b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula

006265

Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

21.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.6. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

21.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

21.14. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.15. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

21.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1. Fica assegurado ao Município de Planalto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade

competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Planalto - PR.

23. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

24.1. O Município de Planalto realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

24.2. O Município de Planalto fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.2.1. As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº.

000268

9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

24.2.2. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

24.2.3. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos objetos ou serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.3. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

25. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

25.1. Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

25.2. A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa -lá sempre que for necessário.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico **www.diariomunicipal.com.br/amp/**, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.planalto.pr.gov.br/.**

26.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

26.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

26.5. Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos objetos/serviços cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado

BONI 006269

a fundamentar a decisão.

26.6. A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

26.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

26.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

26.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Planalto-PR, exceto quando explicitamente disposto em contrário, espeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.11. Fica assegurado à Município Planalto o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos do art. 71, da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.12. A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no Art. 148, da Lei n°14.133, de 2021.

26.13. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site **www.compras.gov.br** e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Planalto.

26.14. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.15. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

26.16. A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço

eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

26.17. A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Planalto, quanto do emissor.

26.18. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

26.19. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

26.20. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

26.21. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

26.22. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.24. EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

26.25. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema - PR.

26.26. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.27. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Minuta de Ata de Registro de Preços;
ANEXO V	Modelo de Minuta de Contrato.

Planalto – PR, .. de setembro de 2026.

.....

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORGÃO INTERESSADO:
1.1. Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO:
2.1. REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:
3.1. Angela Regina Garcia Caneppa.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:
4.1. A presente demanda tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, decorre da necessidade permanente da Secretaria Municipal de Saúde de manter condições adequadas de higiene, limpeza, desinfecção e assepsia nos ambientes destinados ao atendimento da população, garantindo condições apropriadas de funcionamento das unidades de saúde e contribuindo para a prevenção de riscos sanitários e de infecções relacionadas aos ambientes assistenciais.
4.2. Os materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar são utilizados de forma contínua nas atividades desenvolvidas pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, sendo indispensáveis para a adequada higienização de superfícies, equipamentos, ambientes, mãos e demais áreas que demandem procedimentos específicos de limpeza e desinfecção.
4.3. A contratação também contempla itens que dependem de equipamentos específicos para sua adequada utilização, tais como dispensers e diluidores, razão pela qual deverá ser prevista, conforme as características de cada item, a disponibilização desses equipamentos em regime de comodato, sem custos adicionais ao Município, incluindo instalação, manutenção e substituição quando necessária.

4.4. A contratação por meio de Registro de Preços permitirá o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de forma parcelada, conforme o consumo e as demandas efetivamente verificados durante a vigência da Ata/Contrato, evitando a necessidade de aquisição integral dos quantitativos estimados em uma única oportunidade e proporcionando maior adequação entre as aquisições e as necessidades efetivas da Administração.
4.5. Ressalta-se, ainda, que a presente contratação regular é necessária para assegurar a continuidade do fornecimento dos itens utilizados nas atividades de higiene e limpeza hospitalar, considerando a natureza permanente da demanda e a necessidade de manutenção das condições adequadas de funcionamento dos serviços de saúde.

5. MODALIDADE:
5.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:
I - Pregão;
5.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
5.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, e o critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Termo de Referência.
5.4. O modo de disputa a ser utilizado será o ABERTO com intervalo mínimo 0,01 (um centavo de real).
5.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e recorrente da necessidade.
5.6. A Secretaria Municipal de Saúde não consegue estabelecer, com precisão, o momento exato e a quantidade de cada aquisição que será necessária ao longo da vigência da contratação, uma vez que o consumo dos materiais varia de acordo com a demanda dos serviços de saúde.
5.7. O Registro de Preços permite que os itens sejam adquiridos de forma parcelada, conforme as necessidades efetivamente verificadas, evitando a necessidade de aquisição integral e imediata dos quantitativos estimados.
5.8. A sistemática também possibilita melhor organização do estoque e planejamento das solicitações de fornecimento, reduzindo o risco de desabastecimento e permitindo que a Administração solicite os itens de acordo com o consumo real.
5.9. Dessa forma, o Registro de Preços apresenta-se compatível com as características da contratação e com a necessidade de fornecimento contínuo dos materiais.

6. VALOR:
6.1. O valor total estimado é de **R$ 211.052,00(Duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais).**
6.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, contrato anterior deste município, pesquisa no Banco de Preços e em outros municípios.
6.3. Responsável pela cotação: Anne Danielle Grehs.

7. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CATMAT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

BONI
006274

01	**PAPEL TOALHA INTERFOLHADO**, gramatura média (GM P/M2) 20, largura da folha 20 cm, comprimento da folha 20,5 cm, matéria prima de fibras de celulose virgem, extra branco,validade prazo indeterminado, apresentar testes em conformidade com as normas da ABNT e padrões de qualidade (normas NBR15134, NBR15010, NBRNM –ISO1924-2). Embalagem plástica com 1.000 folhas. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 136 unidades de **DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO**, confeccionado em material plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, com sistema de abertura e fechamento por chave, visor frontal para controle de reposição, compatível com papel toalha interfolhado de duas ou três dobras. Deve possuir design que facilite a higienização, com cantos arredondados, fixação em parede e capacidade compatível com os refis ofertados. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção e substituição em caso de defeito, sem custos adicionais para a contratante.	FARDO	1000	374443	R$ 23,90	R$ 23.900,00
02	**PAPEL HIGIÊNICO** gramatura média 18 gr (gm p/m2) largura da folha 9cm comprimento da folha 300mt matéria prima 100% fibras celulósicas validade prazo indeterminado, apresentar laudo microbiológico. Embalagem c/ 8	FARDO	300	297836	R$ 83,85	R$ 25.155,00

006275

	rolos, tipo da embalagem pacote ou fardo plástico. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 50 unidades de **DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO**, confeccionado em plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, destinado ao acondicionamento de papel higiênico rolão de 300 metros ou compatível com o item ofertado. Deve possuir fechamento com chave, visor frontal para inspeção do nível de papel, sistema que facilite abastecimento e higienização, além de fixação em parede. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção preventiva/corretiva e substituição quando necessário, sem ônus ao município.					
03	**DESINFETANTE HOSPITALAR BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO.** Utilizado para desinfecção de superfícies contaminadas. Apresenta eficácia comprovada para bactérias testadas como: Gram positivas e Gram-negativas, Staphylococcus áureas, Salmonela choleraesuis e Pseudomonas aeruginos. Indicado para limpeza mesas, macas, colchões, bandejas de medicação etc. Não contém fragrância. Composição: Cloreto de alquil, dimetil benzil amônico (quaternário de amônio) - 4% tensoativo não iônico, preservante e água. Diluição 1:200. Apresentar registro na Anvisa, FISPQ e Boletim Técnico. Atender as áreas de assistência à	GALÃO 5 LITROS	200	607280	R$ 157,00	R$ 31.400,00

000276

	saúde. Embalagem plástico galão com 5 litros. Produto de referência ou qualidade equivalente/superior: PRO 8041 **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 08 unidades de **DILUIDOR UNITÁRIO PARA PRODUTOS CONCENTRADOS**, destinado à diluição automática de saneantes concentrados, compatível com os produtos ofertados pela empresa. Equipamento confeccionado em material resistente à ação química dos produtos utilizados, com sistema de dosagem precisa, fixação em parede e identificação das diluições. Deve permitir diluição padronizada conforme orientação do fabricante, contribuindo para segurança do usuário, redução de desperdícios e padronização dos processos de limpeza e desinfecção. Equipamento em comodato, incluindo instalação, treinamento de uso, manutenção e substituição sem custos adicionais para a contratante.					
04	**LIMPADOR DETERGENTE HOSPITALAR INODORO** Indicações de uso: indicado para utilização em clínicas médicas e odontológicas, consultórios, ambulatórios e hospitais na limpeza de superfícies laváveis. Instruções de uso: este produto pode ser utilizado nas proporções de 1:10 a 1:80 de acordo com o grau de sujidade. Aplicar o produto, previamente diluído, sobre a superfície a ser limpa e esfregar com auxílio de esponja, pano ou mop. Observação: as dosagens e	GALÃO 5 LITROS	200	620665	R$ 103,70	R$ 20.740,00

Boni
006277

	tempo de contato dependem da aplicação e do grau de sujidade das superfícies. Características Físico-químicas Aspecto: Líquido Viscoso Cor: Laranja Densidade: 1,00 a 1,05 g/cm³ pH: 8,00 a 9,00 Componentes: Tensoativo Aniônico, Alcalinizantes, Sequestrante, Conservante, Solubilizante, Tensoativo Não Iônico, Emulsionante, Corante e Veículo. Informações de manuseio e segurança: Consultar FISPQ do produto. Galão de 5 litros VALIDADE: 12 MESES Produto de referência ou qualidade equivalente/superior: PRO 8030. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 08 unidades de **DILUIDOR UNITÁRIO PARA PRODUTOS CONCENTRADOS**, destinado à diluição automática de saneantes concentrados, compatível com os produtos ofertados pela empresa. Equipamento confeccionado em material resistente à ação química dos produtos utilizados, com sistema de dosagem precisa, fixação em parede e identificação das diluições. Deve permitir diluição padronizada conforme orientação do fabricante, contribuindo para segurança do usuário, redução de desperdícios e padronização dos processos de limpeza e desinfecção. Equipamento em comodato, incluindo instalação, treinamento de uso, manutenção e substituição sem custos					

Joni
006278

	adicionais para a contratante.					
05	**DETERGENTE NEUTRO PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS:** detergente pronto para uso com sinergia de tensoativos para lavagem manual e em lavadoras ultrassônicas de materiais médico-hospitalares (cubas e bandejas), laboratoriais e superfícies fixas. Sua formulação possuí glicerina é isenta de cloreto de sódio. Foi desenvolvido especificamente para área hospitalar e laboratorial Unidades por kit: 1. Peso líquido: 5 kg. Volume líquido: 5 L. Tipo de embalagem:Bombona. Detergente concentrado para lavagem manual e em lavadoras ultrassônicas. PH neutro, ideal para superfícies hospitalares. Formulação com glicerina, isenta de cloreto de sódio. Referencia: PROLABNEUTRO. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 08 unidades de **DILUIDOR UNITÁRIO PARA PRODUTOS CONCENTRADOS**, destinado à diluição automática de saneantes concentrados, compatível com os produtos ofertados pela empresa. Equipamento confeccionado em material resistente à ação química dos produtos utilizados, com sistema de dosagem precisa, fixação em parede e identificação das diluições. Deve permitir diluição padronizada conforme orientação do fabricante, contribuindo para segurança do usuário, redução de desperdícios e padronização dos processos de limpeza e desinfecção.	GALÃO 5 LITROS	200	432428	R$ 104,68	R$ 20.936,00

Bondi
006279

	Equipamento em comodato, incluindo instalação, treinamento de uso, manutenção e substituição sem custos adicionais para a contratante.					
06	**SABONETE LÍQUIDO PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E DO CORPO,** sem finalidade antisséptica, aspecto líquido viscoso ou cremoso, pH entre 6,0 e 8,0, fragrância suave, dermatologicamente testado, acondicionado em refil de 800 mL, compatível com o dispenser utilizado ou fornecido em comodato. Produto devidamente regularizado perante a Anvisa, com rotulagem contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e instruções de uso. Validade mínima de 18 meses na data da entrega. Caixa contendo 6 refis de 800 ML cada. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 120 unidades de **DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO,** tipo parede, confeccionado em plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, compatível com refil de 800 ml ofertado. Deve possuir acionamento frontal/manual, visor para controle de reposição, sistema de fechamento com chave, reservatório/refil protegido contra contaminação e design que facilite limpeza e desinfecção. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção e substituição em caso de defeito, sem custos adicionais à contratante.	UN	100	636637	R$ 55,60	R$ 5.560,00

BONI
006280

07	**SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO**, com Triclosan, indicado para a lavagem correta das mãos. propriedades físicas e químicas: - pH 100% : 5,0 – 7,0 - Aparência e Odor: Líquido viscoso, branco perolado, inodoro. - Diluição: Pronto para usar. Sem diluir. - Ativo: -Triclosan 0,5% -Dimensões: aproximadamente Comprimento 12cmxLargura 9cmxAltura 9cm Capacidade: 800ml compatível com dispenser - Fragrância: Neutro Apresentar registro na Anvisa, FISPQ e Boletim Técnico. Atender as áreas de assistência à saúde. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 35 unidades de **DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO,** tipo parede, confeccionado em plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, compatível com refil de 800 ml ofertado. Deve possuir acionamento frontal/manual, visor para controle de reposição, sistema de fechamento com chave, reservatório/refil protegido contra contaminação e design que facilite limpeza e desinfecção. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção e substituição em caso de defeito, sem custos adicionais à contratante.	UN	50	269943	R$ 36,70	R$ 1.835,00
08	**ALCOOL GEL 70% ANTISEPTICO PARA**	UN	100	269943	R$ 62,50	R$ 6.250,00

BONI
006281

	HIGIENIZAÇÃO E ANTISEPSIA DAS MÃOS REFIL PARA DISPENSER DE PAREDE, 800ML concentração alcoólica 70% apresentam ação antisséptica, não pegajoso com secagem rápida, ação antisséptica comprovada, não deve conter partículas sólidas em suspensão, deve proporcionar hidratação pela ação do Aloe vera e da glicerina em sua composição, possuir laudos realizados em laboratório credenciado, que comprovem a eliminação de 99,99% para os microrganismos testados: Pseudomonas aeruginosa, Staphylococcus aureus, Eschirichia coli e Salmonella choleraesuis, in/Glicerol,Imidazolidinyl urea/Imidazolidinilureia incolor, gel, Ph: 6,0 – 8,0, ativo: Álcool Etílico 70% INPM, características físico-química à 20ºC Incolor Gel pH 6,0 – 8,0. Apresentar ficha técnica e/ou laudo de análise da composição e Registro na ANVISA. Apresentar registro na Anvisa, FISPQ e Boletim Técnico. Atender as áreas de assistência à saúde. Embalagem refil plástica 800ml. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 150 unidades de **DISPENSER PARA ÁLCOOL GEL**, tipo parede, confeccionado em plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, compatível com refil de 800 ml ofertado. Deve possuir acionamento frontal/manual, visor para controle de reposição, sistema de fechamento com chave,					

BONI
006282

	reservatório/refil protegido contra contaminação e design que facilite limpeza e desinfecção. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção e substituição em caso de defeito, sem custos adicionais à contratante.					
09	**DESINFETANTE HOSPITALAR DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO**, indicado para desinfecção de superfícies fixas, artigos não críticos, materiais de inaloterapia e assistência ventilatória, com ação antimicrobiana de amplo espectro. Composição contendo associação de quaternário de amônio e polihexametileno biguanida (PHMB), com tensoativo não iônico, solvente e veículo aquoso. Produto com ação desinfetante eficaz para utilização em estabelecimentos assistenciais de saúde, clínicas, ambulatórios, consultórios e demais áreas relacionadas à assistência à saúde. Indicado para desinfecção de superfícies laváveis, mobiliários, macas, bancadas, equipamentos e artigos não críticos, podendo também ser utilizado em processos de pré-limpeza/descontaminação de instrumentais. Características físico-químicas mínimas: • Estado físico: líquido; • Solúvel em água; • pH próximo da neutralidade; • Baixo odor; • Não corrosivo quando utilizado conforme recomendação do fabricante. Modo de uso: Produto concentrado, passível de	GALÃO 5 LITROS	200	616691	R$ 212,68	R$ 42.536,00

Boni
006283

	diluição conforme finalidade de uso, devendo apresentar eficácia para desinfecção de nível intermediário com tempo de contato máximo de até 10 minutos, conforme orientação do fabricante. Deve possuir: • Registro vigente na ANVISA; • FISPQ; • Boletim/Ficha Técnica; • Comprovação de eficácia microbiológica; • Indicação de uso hospitalar e assistência à saúde. Embalagem: Galão plástico resistente contendo 5 litros. REFERENCIA: SURFIC **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 08 unidades de **DILUIDOR UNITÁRIO PARA PRODUTOS CONCENTRADOS**, destinado à diluição automática de saneantes concentrados, compatível com os produtos ofertados pela empresa. Equipamento confeccionado em material resistente à ação química dos produtos utilizados, com sistema de dosagem precisa, fixação em parede e identificação das diluições. Deve permitir diluição padronizada conforme orientação do fabricante, contribuindo para segurança do usuário, redução de desperdícios e padronização dos processos de limpeza e desinfecção. Equipamento em comodato, incluindo instalação, treinamento de uso, manutenção e substituição sem custos adicionais para a contratante.					
10	**HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%** desinfetante clorado de alto	GALÃO 1 LITRO	200	437157	R$ 8,70	R$ 1.740,00

BONI
006284

	desempenho, uso hospitalar. Características Princípio Ativo: Hipoclorito de Sódio 1% - 10.000 ppm Hipoclorito de Sódio Estabilizante e Veículo VALIDADE: 06 meses a partir da data de fabricação Embalagem: 1 LITRO					
11	**DETERGENTE ENZIMÁTICO 4 ENZIMAS**, a base de amilase, protease, lipase e carboidrase, ph neutro, não corrosivo, específico para limpeza manual e automática de instrumentais e ouros materiais médicos e ou odontológicos, frasco 1.000ml.	GALÃO 1 LITRO	200	328078	R$ 155,00	R$ 31.000,00
VALOR TOTAL: R$ 211.052,00						

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA/INSTALAÇÃO E DE EXECUÇÃO DOS OBJETOS:

8.1. A CONTRATADA deverá entregar/instalar os objetos e instalar os equipamentos em comodato, conforme a necessidade do município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega/instalação emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega/instalação deverá ser realizada na sede da mesma, localizada na Rua Júlio Skrzypczak, n° 742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, de segunda a sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h.

8.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue/executado;
c) Local onde será entregue/instalado o objeto;
d) Prazo para entrega/instalação dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

8.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas/instalações, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

8.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega/instalação dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

8.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Termo de Referência;

8.6. Os objetos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através

Boni 006285

de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

8.8. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

8.9. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

8.10. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

8.11. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

8.12. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

8.13. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

8.14. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

8.15. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços /Contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.

9. DO COMODATO:

9.1. Para o fornecimento dos insumos, a CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

9.2. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

9.3. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

9.4. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

9.5. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

Boni
006236

9.6. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.
9.7. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.
9.8. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características deste Termo de Referência, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.
9.9. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.
9.10. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.
9.11. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos neste Termo de Referência.
9.12. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.
9.13. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.
9.14. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.
9.15. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.
9.16. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.
9.17. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
10.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades

Boni
006287

verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
10.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
10.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
10.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA atinentes ao objeto do edital;
10.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
11.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega/instalação do objeto;
11.2. Efetuar a entrega/instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
11.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
11.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
11.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
11.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
11.9. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;
11.10. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
11.11. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
11.12. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

11.13. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.
11.14. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.
11.15. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.
11.16. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;
11.17. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.
11.18. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.
DO COMODATO:
11.19. A CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.
11.20. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.
11.21. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.
11.22. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.
11.23. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.
11.24. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.
11.25. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.
11.26. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas

30 N. 006289

características do Termo de Referência no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

11.27. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

11.28. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

11.29. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos no Termo de Referência.

11.30. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

11.31. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

11.32. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

11.33. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

11.34. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

11.35. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

12. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônico para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após a entrega/instalação do objeto;

12.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

12.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto-PR, proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**

02220	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

13.1. Considerando a natureza dos objetos, a contratação deverá ser realizada de forma parcelada por itens, permitindo a participação de maior número de fornecedores que possuam capacidade de fornecimento dos respectivos materiais.

13.2. O parcelamento por item também possibilita à Administração selecionar proposta mais vantajosa para cada objeto individualmente, evitando que empresas que possuam capacidade de fornecimento de determinados itens sejam impedidas de participar em razão da necessidade de fornecimento de itens distintos.

13.3. A divisão por itens mostra-se tecnicamente adequada, uma vez que os materiais possuem características, fabricantes, composições e aplicações distintas.

13.4. Os equipamentos disponibilizados em comodato deverão permanecer vinculados aos respectivos itens e objetos, de modo a garantir compatibilidade entre os materiais fornecidos e os equipamentos de dispensação ou diluição.

13.5. Assim, o parcelamento por item mostra-se a medida mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e competitivo, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S):

14.1. O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

14.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto-PR, 24 de setembro de 2026.

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº .../2026 em epigrafe que tem por objeto a Implantação de REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR., em atendimento a as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

006292

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/21.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º .../2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

BONI
006294

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e seis o Município de Planalto, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024 e suas alterações, e do Decreto Municipal nº 2727/2007, em face da classificação das propostas apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO nº .../2026** por deliberação da Pregoeira, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Planalto, em....., resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

....., sediada na ....., nº....., na cidade de ....., Estado do ....., inscrita no CNPJ sob o nº ..... e Inscrição Estadual sob o nº....., doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. ....., portador do RG nº ..... e do CPF nº .....

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR., para fornecimento eventual e parcelado** durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade da Administração Municipal e de acordo com o edital.

1.2. Descrição:

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

VALOR TOTAL DA ATA = ----- (----------).

1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.4. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal n° 14.133/21.

1.5. Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

1.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei n°14.133/2021.

2.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no parágrafo único do Art. 84 da Lei n°14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DO OBJETO, LOCAL E EXECUÇÃO

3.1. A CONTRATADA deverá entregar/instalar os objetos e instalar os equipamentos em comodato, conforme a necessidade do município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega/instalação emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega/instalação deverá ser realizada na sede da mesma, localizada na Rua Júlio Skrzypczak, n° 742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, de segunda a sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h.

3.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

g) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
h) Discriminação do objeto a ser entregue/executado;
i) Local onde será entregue/instalado o objeto;
j) Prazo para entrega/instalação dos objetos;
k) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
l) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

3.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas/instalações, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
3.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega/instalação dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;
3.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Termo de Referência;
3.6. Os objetos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
3.7. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;
3.8. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;
3.9. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.
3.10. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.
3.11. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.
3.12. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;
3.13. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.
3.14. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos

documentos fiscais;

3.15. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO COMODATO:

3.16. Para o fornecimento dos insumos, a CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

3.17. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

3.18. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

3.19. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

3.20. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

3.21. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

3.22. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

3.23. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características deste Termo de Referência, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

3.24. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

3.25. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

3.26. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos neste Termo de Referência.

3.27. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

3.28. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

3.29. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

3.30. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

3.31. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

3.32. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATANTE DA ATA

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

4.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.

4.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

4.5.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

4.5.2. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.

006299

4.6. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
4.7. Observar e aplicar as legislações indicadas nesta Ata de Registro de Preços, bem como as regras aqui estabelecidas;
4.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
4.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
4.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DETENTORA DA ATA

5.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega/instalação do objeto;
5.2. Efetuar a entrega/instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
5.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
5.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
5.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
5.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
5.9. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;
5.10. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de

Referência;

5.11. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

5.12. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

5.13. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

5.14. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

5.15. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

5.16. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

5.17. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

5.18. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

DO COMODATO:

5.19. A CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

5.20. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

5.21. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

5.22. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

006301

5.23. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

5.24. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

5.25. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

5.26. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características do Termo de Referência no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

5.27. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

5.28. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

5.29. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos no Termo de Referência.

5.30. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

5.31. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

5.32. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

5.33. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

000302

5.34. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

5.35. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

6.2. Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

6.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.5. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

6.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

6.6.1. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitidas ao: a Prefeitura Municipal de Planalto CNPJ nº 76.460.526/0001-16.

6.6.2. Endereço: Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto-PR.

6.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:

6.6.3.1. A modalidade e o número da Licitação;

6.6.3.2. O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho;

6.6.3.3. Número do item e descrição do objeto:

6.6.3.4. A descrição do objeto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços;

6.6.3.5. Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

6.6.3.6. O Banco, número da agência e da conta corrente da DETENTORA DA ATA.

6.7. Poderá o Município de Planalto-PR sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da DETENTORA DA ATA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.8. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos Recursos vinculados ao próprio Município, da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02220	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

6.9. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Caberá ao(a) Sr(a) ..... portador(a) do R.G. nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., representante da DETENTORA DA ATA, a responsabilizar-se por: *(nome indicado na Declaração Unificada ANEXO III)*

7.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

7.1.2. Reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

7.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por representante da Secretaria Municipal de Saúde, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ata, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar a execução do objeto.

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.4. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. Ficam credenciados pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária a servidora Jussania Aparecida Rossato Salvi, para junto ao representante da detentora da Ata, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à Detentora da Ata, para aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à Detentora da Ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito, fato

006304

do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução.

8.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8.2.1. A recusa do fornecedor em reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado importará na liberação dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, fica facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor signatário desta ata de registro de preços;

II - A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário desta ata de registro de preços e da Administração Pública; e

III - Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

8.4. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor signatário da ata de registro de preços, cabendo ao gestor do contrato a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

8.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, a administração municipal poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos objetos ou a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

8.7. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.8. Caso o fornecedor não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

BONI
006305

8.9. Liberado o fornecedor, a administração poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos objetos ou a execução dos serviços pelo preço atualizado.

8.10. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.11. Não havendo êxito nas negociações, a administração municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

CLAUSULA NONA - CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

9.1. O registro de preços será cancelado nas seguintes hipóteses:

I - Quando o fornecedor:

a) for liberado;

b) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, nas hipóteses deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista no inc. III, quando aplicada pelo Município de Pato Branco, ou pelo IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Não aceitar o preço revisado pela Administração;

II - No caso de substancial alteração das condições de mercado.

9.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

I - Pelo decurso do prazo de vigência;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - Por razões de interesse público devidamente justificadas.

9.3. No caso de inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

9.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

Boni

006306

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
10.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Boni
006307

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.8. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
10.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº

14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

12.2. A via do instrumento destinada ao Detentor da Ata de Registro de Preços, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

12.3. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21, combinado com o inciso III do art. 92, do mesmo diploma legal.

12.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Eletrônico nº .../2026 e a proposta da detentora da Ata conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12.5. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº .../2026

12.6. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor ....., Prefeito Municipal do Município de Planalto e pelo Sr. ----------, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata e testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Planalto, ... de ..... de 2026.

.....
Prefeito Municipal
CPF nº

Xxxxxxxxxxxxxxxxxx Ltda
Detentora da Ata
(NOME)
Representante Legal

006310

EDITAL DE PREGÃO Nº .../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na cidade de....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador do CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº .../2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao Edital de **Pregão Eletrônico nº .../2026**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº .../2026**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

BONI
006311

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R$.....(....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.
2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s)

006312

fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO QUARTO – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente

Boni
006313

aceitação mediante termo detalhado.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00910	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01050	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados não serão reajustados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de

Boni
006314

Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá entregar/instalar os objetos e instalar os equipamentos em comodato, conforme a necessidade do município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega/instalação emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega/instalação deverá ser realizada na sede da mesma, localizada na Rua Júlio Skrzypczak, n° 742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, de segunda a sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue/executado;
c) Local onde será entregue/instalado o objeto;
d) Prazo para entrega/instalação dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas/instalações, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato;

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá fazer a entrega/instalação dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

PARÁGRAFO QUINTO - Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Contrato;

PARÁGRAFO SEXTO - Os objetos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, devendo ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

DON.
000315

PARÁGRAFO OITAVO - Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas neste Contrato, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços /Contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

006316

CLÁUSULA SEXTA – DO COMODATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para o fornecimento dos insumos, a CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO - Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

PARÁGRAFO SEXTO - O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO OITAVO - Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características deste Termo de Referência, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

PARÁGRAFO NONO - Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se

006317

de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

BONI 006318

PARÁGRAFO QUARTO - Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

PARÁGRAFO QUINTO - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água

PARÁGRAFO SEXTO – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

PARÁGRAFO OITAVO - Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

PARÁGRAFO NONO - Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, objetos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Quando for o caso, priorizar a aquisição de objetos que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;

Boni
006319

a) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
b) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
e) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA atinentes ao objeto do edital;
g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega/instalação do objeto;
b) Efetuar a entrega/instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto,

006320

com a devida comprovação;

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

h) Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

i) Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;

j) Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

k) Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

l) Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

m) A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

n) Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

o) Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

p) Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

q) Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

r) A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

DO COMODATO:

s) A CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

t) Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

u) A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

v) Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

w) A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

x) O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

y) Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

z) Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características do Termo de Referência no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

aa) Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

bb) A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

cc) A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos no Termo de Referência.

dd) A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

ee) Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

ff) Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

gg) Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

hh) Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

ii) Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Boni
006323

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

BONI
006324

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de

Boni
006325

Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusa o do objeto, caso em que devera o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de

006326

termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

a) O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

BONI
006327

b) A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, está ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista,

006328

previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, ... de ..... de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

....

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PARECER JURÍDICO Nº 125/2026

Processo Administrativo nº *198/2026*

Modalidade: *Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços – Menor Preço por Item*

Requerente: *Secretaria Municipal de Saúde*

Assunto: *Registro de preços para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, com cessão de equipamentos em regime de comodato, destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Planalto/PR. Análise jurídica prévia da fase preparatória, da minuta do edital e de seus anexos (art. 53, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).*

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado com vistas à realização de licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, destinado ao futuro e eventual fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar — papel toalha, papel higiênico, desinfetantes, detergentes, sabonetes, álcool gel, hipoclorito e detergente enzimático —, acompanhados da cessão, em regime de comodato, de dispensers, saboneteiras e diluidores, para atendimento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo o Estudo Técnico Preliminar nº 086/2026, datado de 21 de setembro de 2026, a demanda decorre da necessidade permanente de manter condições adequadas de higiene, limpeza, desinfecção e assepsia nos ambientes assistenciais, com vistas à prevenção de riscos sanitários e de infecções. O estudo registra que a necessidade vinha sendo atendida por contratação emergencial anterior e conclui pela adoção do Registro de Preços, ante a impossibilidade de prever com exatidão o momento e a quantidade de cada aquisição.

O Termo de Referência, subscrito pela Secretária Municipal de Saúde em 24 de setembro de 2026, descreve 11 (onze) itens, com especificações técnicas, unidades, quantitativos, códigos CATMAT e valores de referência, além das condições de entrega em 5 (cinco) dias, das regras do comodato, das obrigações das partes, dos requisitos de habilitação técnica, da dotação orçamentária e da indicação da fiscal (Jussania Aparecida Rossato Salvi) e da gestora do contrato (Carla Sabrina Rech Malinski, Portaria nº 302/2026).

O valor estimado foi fixado em **R$ 211.052,00 (duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais)**, a partir da Tabela Comparativa de Valor, que reúne orçamentos de três empresas do ramo, os preços do Contrato nº 275/2025 (Dispensa nº 016/2025) deste Município, preços de outros municípios e consulta ao Banco de Preços, tendo sido adotado, para cada item, o menor valor de orçamento apresentado.

Acompanham os autos a minuta do edital e seus anexos: Termo de Referência (Anexo I), modelo de proposta (Anexo II), Declaração Unificada (Anexo III), minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e minuta de contrato (Anexo V).

Encaminhado o feito a esta Procuradoria Jurídica, busca-se a análise prévia dos aspectos jurídicos da contratação, nos termos do art. 53, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021. É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que a presente manifestação não versará sobre os aspectos técnicos e orçamentários do procedimento em epígrafe, restringindo-se tão somente à análise jurídica da licitação postulada.

A atividade desta Procuradoria, assim como ocorre com a atuação advocatícia em geral, limita-se à verificação da compatibilidade jurídica da matéria submetida à apreciação, sem prejuízo de eventuais recomendações, cabendo, contudo, ao gestor público a decisão final acerca da conveniência e oportunidade da contratação, dentro dos limites de seu juízo discricionário.

Nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021, a aquisição de bens comuns deve ser processada pela modalidade pregão. Consideram-se bens comuns, na dicção do art. 6º, inciso XIII, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Os materiais de higiene e limpeza hospitalar descritos no Termo de Referência enquadram-se nessa categoria, estão disponíveis no mercado e não constituem bens de luxo (art. 20). A forma eletrônica, por sua vez, atende à preferência do art. 17, § 2º, da mesma lei. Mostram-se adequados, portanto, a modalidade PREGÃO e a forma ELETRÔNICA.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (art. 6º, inciso XLV, e art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) encontra justificativa suficiente no Estudo Técnico Preliminar: trata-se de bens de consumo contínuo, cuja demanda varia conforme o movimento das unidades de saúde e cuja aquisição parcelada evita estoques ociosos e desabastecimento. Sendo o Município o único órgão gerenciador e contratante, é dispensável a intenção de registro de preços (art. 86, § 1º), e a vedação à adesão de outros entes (item 2 do edital e cláusula 1.6 da Ata) insere-se no juízo discricionário da Administração.

006331

O critério de julgamento de menor preço por item, com modo de disputa aberto, é compatível com a natureza do objeto e com os arts. 33, inciso I, 34 e 56 da Lei nº 14.133/2021. O parcelamento por item, devidamente justificado no ETP, atende ao art. 40, inciso V, alínea "b", e ao art. 47 da lei, e a vinculação de cada equipamento em comodato ao respectivo item preserva a compatibilidade entre insumo e dispositivo de dispensação, sem prejudicar a competitividade.

Questão que demanda correção antes da publicação diz respeito ao tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. O art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 determina que a Administração **deverá** realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME/EPP nos itens cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). No caso, todos os onze itens têm valor estimado inferior a esse patamar — o maior deles, o item 09, soma R$ 42.536,00.

A minuta do edital, entretanto, limita-se a assegurar o tratamento favorecido genérico (empate ficto e regularização fiscal tardia) e, embora o subitem 7.5.1 aluda a "item exclusivo", nenhum item foi assim designado. O ETP e o Termo de Referência, por sua vez, silenciam sobre o tema, não havendo nos autos justificativa para o afastamento da exclusividade com base nas hipóteses do art. 49, incisos II e III, da mesma lei complementar (inexistência de ao menos três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP sediados local ou regionalmente, ou tratamento diferenciado não vantajoso para a Administração ou prejudicial ao complexo do objeto).

Recomenda-se, assim, que os itens sejam expressamente destinados à participação exclusiva de ME/EPP, ou que se junte aos autos justificativa técnica fundamentada para o afastamento, nos termos do art. 49 da LC nº 123/2006. Por oportuno, poderá a Administração avaliar a aplicação da prioridade de contratação de ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido, prevista no art. 48, § 3º, da mesma lei, desde que justificada.

No que se refere ao comodato, trata-se de empréstimo gratuito de coisa não fungível (art. 579 do Código Civil), que, no presente caso, assume caráter acessório ao fornecimento dos insumos. A solução é juridicamente admissível quando, como aqui, os equipamentos são indispensáveis à adequada utilização dos produtos e seus custos são absorvidos no preço unitário dos insumos. Dessa característica decorrem, contudo, duas cautelas. A primeira é que a pesquisa de preços deve ter sido realizada com a inclusão do comodato nas cotações, sob pena de o valor de referência não refletir o objeto efetivamente licitado. A segunda é que as minutas devem disciplinar, de forma expressa, a instalação, a guarda, a responsabilidade por danos decorrentes de mau uso e a retirada dos equipamentos ao término da vigência, o que hoje não ocorre.

006332

Observa-se, ademais, que as regras de manutenção do comodato parecem ter sido transpostas de modelos destinados a equipamentos médico-hospitalares, exigindo *peças originais registradas na ANVISA*, cronograma de *calibração e validação/qualificação*, atendimento por *técnicos/engenheiros* e chamados atendidos a qualquer hora, sete dias por semana. Tais exigências, aplicadas a dispensers de papel e de sabonete, revelam-se desproporcionais ao objeto, podem encarecer as propostas e afastar fornecedores, em afronta ao art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021. Recomenda-se que a Secretaria requisitante as reveja, mantendo apenas o que for tecnicamente justificável, como, eventualmente, a aferição de dosagem dos diluidores, e fixando prazos de reparo ou substituição compatíveis com a natureza dos equipamentos.

Quanto à justificativa da contratação, o ETP e o Termo de Referência demonstram de forma suficiente a necessidade pública. Os quantitativos, porém, foram fixados com base em "necessidades projetadas", sem memória de cálculo. Considerando que o Município dispõe do histórico de consumo da contratação emergencial em curso, recomenda-se a juntada desse demonstrativo, em atenção ao art. 18, § 1º, inciso IV, e ao art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que exigem estimativas de quantidade acompanhadas das memórias de cálculo e obtidas, sempre que possível, por técnicas quantitativas.

Ainda sobre esse ponto, registra-se que a Tabela Comparativa menciona o Contrato nº 275/2025 (Dispensa nº 016/2025) e seu Primeiro Termo Aditivo. Como a contratação emergencial fundada no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 tem prazo máximo de um ano e é vedada a sua prorrogação, recomenda-se que a Administração confirme que o aditivo não importou extensão de prazo e imprima celeridade ao presente certame, de modo a evitar solução de continuidade ou nova contratação direta para o mesmo objeto.

No que se refere à estimativa de preços, a pesquisa valeu-se de fontes diversificadas, orçamentos de fornecedores, contratação anterior do próprio Município, contratações de outros entes e Banco de Preços, o que é compatível com o art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. A análise da Tabela Comparativa revela, todavia, pontos que precisam ser esclarecidos antes da publicação.

O primeiro diz respeito ao critério adotado. Embora o ETP e o Termo de Referência afirmem que se adotou o *"menor valor"*, a coluna correspondente da planilha considerou apenas o menor entre os três orçamentos privados, desconsiderando valores inferiores obtidos em fontes públicas em nove dos onze itens. Os exemplos mais expressivos são os itens 07 (R$ 13,56 no contrato municipal, contra R$ 36,70 adotados) e 08 (R$ 19,39 no contrato municipal, contra R$ 62,50 adotados), mas o mesmo ocorre, em menor escala, nos itens 01, 02, 04, 05, 09, 10 e 11.

A título meramente ilustrativo, se adotado o menor valor entre todas as fontes, a estimativa global seria de aproximadamente **R$ 189.321,00**, cerca de 10% inferior à fixada.

O segundo diz respeito ao item 08: o orçamento de R$ 16,90 da empresa KF foi descartado por ser "*incompatível com o mercado*", embora seja próximo ao preço efetivamente praticado no contrato municipal vigente (R$ 19,39). Diferenças dessa magnitude podem decorrer de divergência de especificação, de embalagem ou da inclusão ou não do comodato — e, nesse caso, devem ser explicadas —, ou podem indicar distorção nos orçamentos privados. Em qualquer hipótese, a análise crítica precisa constar dos autos.

Embora o Registro de Preços não obrigue a Administração a adquirir e o edital vede a adjudicação acima do valor de referência, este funciona como critério de aceitabilidade e baliza a negociação do pregoeiro. Uma referência inflada reduz a margem de economia e expõe o certame a questionamentos dos órgãos de controle. Recomenda-se, portanto, a complementação da pesquisa com a análise crítica dos valores, a revisão do critério ou a justificativa expressa para a desconsideração dos preços públicos inferiores.

A exigência de licença sanitária é pertinente para os itens sujeitos ao regime de vigilância sanitária, como saneantes e antissépticos (Lei nº 6.360/1976), mas não se aplica, em regra, à comercialização de papel toalha e papel higiênico. Exigi-la indistintamente para todos os itens pode inabilitar fornecedores aptos a cotar apenas os itens de papel. Recomenda-se restringir a exigência aos itens efetivamente sujeitos ao controle sanitário.

No tocante à qualificação econômico-financeira, o edital exige balanço patrimonial que comprove a "*boa situação financeira*" da empresa, mas não define índices. O art. 69, caput, da Lei nº 14.133/2021 determina que essa comprovação se faça de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital e justificados no processo. Recomenda-se definir os índices, com a respectiva justificativa, ou suprimir a exigência, se a Administração a reputar desnecessária ao porte da contratação.

No tocante à instrução processual, verifica-se a presença dos documentos essenciais à fase preparatória — ETP e Termo de Referência —, nos termos dos arts. 6º, incisos XX e XXIII, e 18 da Lei nº 14.133/2021. Observa-se também adequada segregação de funções (art. 7º, § 1º): o Termo de Referência foi elaborado pela Secretária de Saúde, a fiscalização caberá a outra servidora, a gestão contratual a uma terceira e a condução do certame à pregoeira designada pela Portaria nº 485/2026. Recomenda-se apenas substituir a remissão ao Decreto Federal nº 11.246/2022, que regulamenta a fiscalização no âmbito da União, pela norma municipal correspondente, ou explicitar sua adoção com base no art. 187 da Lei nº 14.133/2021.

III – ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA MINUTA CONTRATUAL

Em complemento à análise da fase preparatória, passa-se ao exame da minuta do edital, da minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e da minuta do Termo de Contrato (Anexo V), nos termos do art. 53, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A minuta do edital contempla, de forma geral, os elementos exigidos pelo art. 25 da Lei nº 14.133/2021: objeto, critério de julgamento e modo de disputa, condições de participação, impugnação e esclarecimentos, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, recursos (art. 165), adjudicação e homologação, condições de execução, pagamento, reequilíbrio, sanções, retenções tributárias e fiscalização. O processamento no portal Compras.gov.br (UASG 987775) e a aplicação subsidiária de normas federais encontram respaldo no art. 187 da lei.

Identificam-se, contudo, as seguintes impropriedades na minuta do edital, que devem ser corrigidas antes da publicação:

a) Objeto em branco: o item relativo ao objeto contém apenas a expressão "Constitui objeto deste PREGÃO o", sem complemento, e o mesmo ocorre na cláusula 1.1 da Ata e nos cabeçalhos dos anexos. Há, ainda, remissão ao "CATSER", código próprio de serviços, quando se trata de aquisição de bens, catalogados no CATMAT;

b) Elementos próprios do Registro de Preços: o art. 82 da Lei nº 14.133/2021 exige que o edital para registro de preços disponha, entre outros pontos, sobre a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, a quantidade mínima a ser cotada, a possibilidade de proposta em quantitativo inferior ao máximo e o registro de outros fornecedores que aceitem cotar o preço do vencedor (cadastro de reserva). O edital não trata desses temas, embora a minuta da Ata faça referência ao cadastro de reserva nas cláusulas 8.6 e 8.9;

c) Vigência: o edital e o Termo de Referência tratam conjuntamente da vigência da "Ata de Registro de Preços/Contrato". Recomenda-se distinguir a vigência da Ata — um ano, prorrogável por igual período desde que comprovada a vantajosidade do preço (art. 84) — da vigência dos contratos dela decorrentes, que observará os arts. 105 a 107 da lei, conforme dispõe o parágrafo único do art. 84;

d) Reequilíbrio: a disciplina do reequilíbrio prevê que a contratada apresente planilha de custos "a cada mês" e que, constatada "*situação confortável, através da troca de fornecedores*", o pedido será "*considerado justificado*", mantendo-se, contudo, os valores originais. A redação é obscura e internamente contraditória. Recomenda-se reescrevê-la de acordo com o art. 124, inciso II, alínea

"d", da Lei nº 14.133/2021, exigindo a demonstração do fato superveniente e de seu impacto, sem periodicidade mensal obrigatória;

Na minuta da Ata de Registro de Preços, as cláusulas sobre validade, atualização dos preços registrados e cancelamento estão, em sua essência, compatíveis com os arts. 82 a 84 da Lei nº 14.133/2021.

Passa-se ao exame da minuta do Termo de Contrato (Anexo V).

A Cláusula Primeira define o objeto com vinculação ao edital e às especificações do Anexo I (art. 92, incisos I e II), devendo ser preenchida com o objeto e os itens adjudicados. A Cláusula Segunda indica adequadamente o fundamento legal da contratação.

A Cláusula Terceira disciplina o preço, o reequilíbrio e o reajuste. Os parágrafos décimo terceiro e décimo quarto preveem reajuste anual pelo IPCA, contado da data do orçamento, em conformidade com o art. 25, § 7º, e o art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, que tornam obrigatória a previsão de índice de reajuste independentemente do prazo do contrato. Ocorre que o **parágrafo décimo da Cláusula Quarta** afirma que "*os valores registrados não serão reajustados*", em contradição direta com a cláusula anterior. Recomenda-se a supressão desse parágrafo. Quanto aos parágrafos que tratam do reequilíbrio, valem as observações feitas na alínea "f" acima.

A Cláusula Quarta trata do pagamento e contém a impropriedade de maior relevância da minuta: o **parágrafo oitavo indica três dotações orçamentárias, todas no elemento 3.3.90.39 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica)** e vinculadas às funcionais 04.122, 15.452 e 26.782, de administração, urbanismo e transporte. Essas dotações são estranhas ao objeto e evidentemente provenientes de outro processo. A despesa com material de consumo da saúde corresponde à dotação indicada no Termo de Referência e no edital (conta 02220, funcional 09.126.10.301.1001.2027, natureza 3.3.90.30). A correção é indispensável, sob pena de empenho em rubrica incompatível com a natureza da despesa. Aplicam-se a esta cláusula, ainda, as observações sobre prazo de pagamento e recebimento feitas na alínea "d" acima.

A Cláusula Quinta estabelece o prazo de entrega de 5 (cinco) dias, as condições de recebimento e as exigências sanitárias (regularização na ANVISA e apresentação de FISPQ), o que é adequado ao objeto. O parágrafo décimo quinto, entretanto, repete a regra de vigência em duas redações sobrepostas e deve ser revisado à luz da alínea "e" acima.

A Cláusula Sexta disciplina o comodato. Valem aqui as observações feitas no capítulo anterior: é necessário incluir regras sobre guarda, responsabilidade por danos decorrentes de mau uso e retirada dos equipamentos ao final da vigência, e adequar as exigências de manutenção à natureza

006336

dos dispositivos. Recomenda-se, também, eliminar a repetição integral do texto do comodato na Cláusula Oitava, que trata das obrigações das partes.

A Cláusula Sétima reproduz modelo de critérios de sustentabilidade concebido para contratos de serviços, com previsões sem relação com o fornecimento de insumos, como o aproveitamento de água da chuva, o uso de extensões elétricas e a emissão de ruídos. Recomenda-se substituí-la por obrigações pertinentes ao objeto — rotulagem adequada, disponibilização de FISPQ, preferência por formulações biodegradáveis e de menor toxicidade, recolhimento ou orientação quanto ao descarte de embalagens —, em consonância com os arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e com a Lei nº 12.305/2010.

A Cláusula Nona reproduz o regime sancionatório dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, com percentuais de multa compatíveis, defesa prévia em 15 (quinze) dias úteis (art. 157), limite global de 30% e registro no CEIS e no CNEP (art. 161). Apresenta, contudo, as mesmas falhas de numeração e de remissão apontadas na alínea "g", já que as infrações estão no parágrafo primeiro, e não no "caput" da cláusula.

A Cláusula Décima reproduz adequadamente o limite de acréscimos e supressões do art. 125. Na Cláusula Décima Primeira, o parágrafo segundo prevê a prorrogação automática da vigência "até a conclusão do objeto", regra própria dos contratos por escopo (art. 111) e inadequada ao fornecimento parcelado decorrente de registro de preços. Há, também, dois parágrafos numerados como "sexto". Recomenda-se suprimir o parágrafo segundo e renumerar a cláusula.

A Cláusula Décima Segunda menciona o Código Comercial, cuja parte primeira foi revogada pelo Código Civil de 2002, e deve ser ajustada. As Cláusulas Décima Terceira a Décima Sexta, que tratam da publicidade no PNCP (art. 94), da anticorrupção, da fiscalização e dos casos omissos, mostram-se adequadas, ressalvada a observação já feita quanto à remissão ao Decreto Federal nº 11.246/2022.

Por fim, a alínea "a" da Cláusula Décima Sétima estabelece que, rescindido o contrato por inadimplemento, a contratada "**ficará impedida de participar de novos contratos**" com o Município. A regra institui sanção automática, sem processo administrativo, em afronta aos arts. 156, § 4º, e 158 da Lei nº 14.133/2021 e às garantias do contraditório e da ampla defesa. Recomenda-se a sua **supressão**, permanecendo a aplicação de sanções sujeita ao procedimento próprio.

Recomenda-se, ainda, sem caráter impeditivo, a inclusão de cláusula de confidencialidade e de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018), considerando que os técnicos da contratada terão acesso às unidades de saúde para instalação e manutenção dos equipamentos.

006337

Assim, a análise das minutas não revela vício insanável, mas aponta impropriedades que, por envolverem a correta indicação da despesa, a coerência entre as cláusulas e a observância do devido processo sancionador, devem ser corrigidas antes da publicação do edital.

IV – DA GESTÃO DE RISCOS, GOVERNANÇA E PROGRAMAS DE COMPLIANCE, INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A evolução dos modelos contemporâneos de governança pública evidencia a importância da adoção de mecanismos estruturados de integridade, transparência e gestão de riscos, especialmente como instrumentos de atuação preventiva da Administração Pública, voltados à mitigação de irregularidades, à prevenção da corrupção e ao aprimoramento da eficiência administrativa, em consonância com os princípios constitucionais que regem a atuação estatal e com o direito fundamental à boa administração.

Nesse contexto, da denominada *autorregulação regulada* emerge o conceito de **compliance**, cujo significado consiste em "estar em conformidade". A adoção de um Programa de Compliance não se restringe ao mero cumprimento formal de normas jurídicas, mas representa a implementação de um conjunto estruturado de procedimentos voltados à observância de regras, configurando-se como ferramenta de gestão, economia e direito, abrangendo toda a normatividade aplicável à Administração Pública, desde o plano constitucional até o infraconstitucional, incluindo normas de natureza penal e extrapenal (COUTINHO, 2019, p. 24)[1], como a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e a própria Lei nº 14.133/2021, que incorporou expressamente princípios de integridade e governança ao regime das licitações e contratos públicos.

Tal compreensão reforça que os programas de compliance e integridade não possuem natureza estática, devendo ser permanentemente avaliados, atualizados e adaptados à realidade institucional de cada ente federativo, considerando as mudanças sociais, normativas e organizacionais, bem como as diretrizes internacionais de boa governança, a exemplo das recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos padrões fixados pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), internalizada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.687/2006.

No que diz respeito ao **item do Edital relativo à Fraude e à Corrupção**, à Cláusula Décima Primeira da minuta da Ata, à Cláusula Décima Quarta da minuta de contrato e à Declaração Unificada

[1]COUTINHO, Aldacy Rachid. Rumo a um programa de compliance e integridade para a administração pública. In: COUTINHO, Aldacy Rachid; COPETTI NETO, Alfredo; SILVA, Alexandre Barbosa da (Org.). Direito, compliance e tecnologia. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019.

006338

(Anexo III), cumpre registrar que tais disposições, embora necessárias, revestem-se de caráter preponderantemente formal e declaratório. A mera subscrição de uma declaração de ciência não é suficiente para assegurar, na prática, a observância dos deveres de integridade, probidade e anticorrupção que devem permear toda a relação contratual com a Administração Pública.

No caso concreto, os riscos mais relevantes são identificáveis desde logo: a formação do preço de referência, pelas razões expostas no capítulo II; a dependência tecnológica criada pelo comodato, já que os insumos de um fornecedor podem não ser compatíveis com os equipamentos de outro, o que recomenda planejar com antecedência a transição ao término da Ata; e a continuidade do abastecimento após a contratação emergencial. O registro desses riscos e das respectivas medidas de mitigação nos autos é providência simples e de grande utilidade perante os órgãos de controle.

Assim, recomenda-se que a Administração Municipal, no âmbito de sua discricionariedade e respeitados os limites legais, busque fortalecer práticas de governança, integridade e gestão de riscos, por meio de controles internos eficazes, auditorias internas, definição clara de responsabilidades e utilização de indicadores e bases de dados confiáveis, fomentando uma cultura organizacional orientada às boas práticas e à proteção do interesse público — em consonância com o art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, que atribui à alta administração a responsabilidade pela governança das contratações.

Ressalte-se que a presente manifestação possui caráter orientativo e preventivo, não substituindo as atribuições dos órgãos de controle interno e externo, tampouco interferindo no mérito administrativo, constituindo-se em recomendação voltada ao aprimoramento da governança pública e à mitigação de riscos na execução das políticas públicas municipais.

Ressalta-se, ainda, a obrigatoriedade de publicação do edital e da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 54 e o art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como a divulgação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, medidas que visam garantir a transparência, a publicidade e o controle social sobre o ato administrativo.

V – DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a Administração, a partir dos documentos de formalização de demandas, poderá elaborar plano de contratações anual (PCA), instrumento que consolida as necessidades de contratação do ente para o exercício, permitindo o alinhamento das aquisições ao planejamento estratégico, à capacidade orçamentária e às diretrizes de governança pública. O art. 18, caput, da mesma lei reforça a importância do planejamento, ao

006339

estabelecer que a fase preparatória deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias.

No caso específico, o Estudo Técnico Preliminar reconhece que o Município de Planalto se encontra em fase de elaboração do Plano de Contratações Anual e que, embora ainda não concluído, o planejamento em andamento direcionará de forma consistente as futuras contratações, inclusive a presente. Ainda assim, observa-se que o ETP e o Termo de Referência apresentam elementos que suprem, em caráter transitório, os requisitos mínimos de planejamento previstos na legislação, tais como a descrição da necessidade, a justificativa técnica da demanda e a indicação da dotação orçamentária.

Recomenda-se, por oportuno, a conclusão do PCA, considerando que o Município já se encontra no terceiro exercício de aplicação da Lei nº 14.133/2021, e a inserção formal das futuras contratações no plano. A contratação de insumos de consumo contínuo, como a presente, é exatamente o tipo de demanda previsível que deve constar do planejamento anual.

VI – CONCLUSÃO

Diante do exposto, à luz das disposições da Lei nº 14.133/2021 e dos elementos constantes dos autos, verifica-se que a modalidade adotada (Pregão Eletrônico), o Sistema de Registro de Preços, o critério de julgamento (menor preço por item), o parcelamento por itens e a cessão acessória de equipamentos em comodato são compatíveis com a natureza do objeto e com os princípios que regem as contratações públicas, e que a necessidade da contratação está devidamente demonstrada.

Assim, opina-se pela VIABILIDADE JURÍDICA do procedimento, condicionada, contudo, ao prévio atendimento, antes da publicação do edital, das seguintes providências:

a) destinação dos itens à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006) ou juntada de justificativa fundamentada para o afastamento, nos termos do art. 49 da mesma lei;

b) correção da dotação orçamentária indicada no parágrafo oitavo da Cláusula Quarta da minuta de contrato, para que corresponda à indicada no Termo de Referência (conta 02220, funcional 09.126.10.301.1001.2027, natureza 3.3.90.30), e supressão do parágrafo décimo da mesma cláusula, que contradiz a previsão de reajuste;

c) complementação da pesquisa de preços, com análise crítica dos valores públicos inferiores aos adotados (em especial nos itens 07 e 08), justificativa do descarte do orçamento do item 08, identificação dos

fl 06340

municípios consultados e das datas das contratações, comprovação de que as cotações incluíram o comodato, assinatura da responsável e uniformização do valor estimado entre o ETP e o Termo de Referência;

d) preenchimento do objeto no edital, na Ata e no contrato, correção da referência ao CATSER e inclusão das regras exigidas pelo art. 82 da Lei nº 14.133/2021 (quantidades máxima e mínima, proposta em quantitativo inferior e cadastro de reserva);

e) harmonização das exigências de habilitação: atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo objetivo e uniforme entre as peças, licença sanitária restrita aos itens sujeitos a controle sanitário e definição justificada de índices contábeis ou supressão da exigência de balanço;

f) adequação das cláusulas de comodato, com a inclusão de regras de guarda, responsabilidade e retirada dos equipamentos e a revisão das exigências de manutenção desproporcionais à natureza dos dispositivos;

g) uniformização dos prazos de pagamento e de substituição, distinção entre a vigência da Ata e a dos contratos, correção da redação sobre recebimento provisório e definitivo, revisão das cláusulas de reequilíbrio e correção da numeração e das remissões do regime sancionatório;

h) na minuta da Ata, correção do ano do preâmbulo, da referência ao Município de Pato Branco e da cláusula de foro; na minuta de contrato, supressão do parágrafo segundo da Cláusula Décima Primeira e da alínea "a" da Cláusula Décima Sétima, adequação da Cláusula Sétima (sustentabilidade) ao objeto e eliminação das duplicidades de texto e de numeração.

Recomenda-se, ainda, sem caráter impeditivo: a juntada da memória de cálculo dos quantitativos, a partir do consumo verificado na contratação emergencial; a verificação dos códigos CATMAT dos itens 07 e 08; a confirmação da natureza do aditivo ao Contrato nº 275/2025, com celeridade na conclusão do certame; a substituição da remissão ao Decreto Federal nº 11.246/2022 pela norma municipal; a inclusão de cláusula de proteção de dados; e a conclusão do Plano de Contratações Anual.

Atendidas as condicionantes acima, o feito poderá prosseguir para as fases subsequentes do certame, independentemente de nova manifestação desta Procuradoria, cabendo ao setor de licitações certificar nos autos as correções realizadas.

É o parecer.

Após, à consideração superior.

Planalto/PR, 09 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRIQUE MATTOS DREY
Data: 09/10/2026 11:29:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PATRIQUE MATTOS DREY
Procurador Jurídico – Decreto 3248/2010
OAB/PR n. 40.209

006341

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Planalto – PR, 15 de outubro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni

PARA: Agente de Contratações

Considerando as informações e pareceres contidos no presente Processo, **Autorizo** a Licitação sob a Modalidade ***PREGÃO, na forma ELETRÔNICO***, ***pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM,*** REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR, na forma da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

À Comissão de Licitações nomeada pela Portaria 485/2026.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitações para as providências necessárias.

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

006342

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 046/2026
Execução da Contratação: 987775 - 11/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 198/2026
DATA DA REALIZAÇÃO: 04/11/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Planalto – Paraná
www.compras.gov.br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.460.526/0001-16, através da Secretaria de Administração, sediado à Praça São Francisco de Assis n° 1583 – centro – Planalto - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Luiz Carlos Boni, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

04 de novembro de 2026 às 09h00min

UASG: 987775 – MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
Local da Sessão Pública: www.compras.gov.br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

É Pregoeira deste Município, na qualidade de Agente de Contratação, a servidora Fernanda Scherer Marzec, auxiliadas pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados pela Portaria nº 485/2026 de 02 de setembro 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n° 3609 de 03 de setembro de 2026.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.compras.gov.br**.

Boni

006313

1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia 04 de novembro de 2026 às 09h00min, no site www.compras.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.**

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.compras.gov.br e www.planalto.pr.gov.br/licitacoes/.**

2.3 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotes forem de seu interesse.

2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATMAT) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3555-8100/35558121 ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, telefone nº (46) 3555–1589, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

2.7 Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

2.8 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
3.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo a hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), serão desclassificadas.

006311

3.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 As impugnações ao Edital serão protocoladas em campo específico no sítio eletrônico **www.compras.gov.br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, e deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro(a), responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo que este poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.1.3 O pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.1.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO e sua divulgação se dará na mesma forma de sua divulgação inicial.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.2.1 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, em campo específico no sítio eletrônico **www.compras.gov.br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, o deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.2.2 O pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

Bon. 006315

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados empresas que sejam especializadas e credenciadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.1 Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.4 Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, e/ou impossibilitados de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma da legislação vigente, e aquelas declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

b) pessoas físicas ou jurídicas que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item "a", enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

c) que não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

d) as pessoas físicas e jurídicas enquadradas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
e) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
f) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
6.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio **www.compras.gov.br** por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
6.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
6.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
6.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.
7.2.1 Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

006347

7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.3 O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando em campo próprio do sistema e o preço ofertado.

7.10 Os preços e os objetos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos objetos ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Planalto.

7.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.13 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preambulo deste edital, no sítio **www.compras.gov.br**.

8.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuara o sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio **www.compras.gov.br** .

8.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e da seguinte forma:

8.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrera sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 8.9.

8.9 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

8.9.1 Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

8.9.2 Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

8.10 Será o considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

8.11 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razoes para a previa desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos

que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 8.9.

8.12 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.13 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.14 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.15 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
8.15.1 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
8.16.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.17 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
8.17.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não retira da licitante a responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.18 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R$ 0,01 (um centavo de real).**

8.19 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por **ITEM**.

8.20 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
8.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
8.20.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

000351

8.21 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

9 DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1 O Pregoeiro solicitara a licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2 O prazo para envio da proposta e de, no máximo, 02 (duas) horas úteis a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos objetos e/ou equipamentos ofertados, quando for o caso, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

9.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 9.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

9.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

9.1.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.2 A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotes vencidos, quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de

proposta, ANEXO II deste edital.

9.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.4 A proposta será desclassificada quando:
a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
9.4.1 O Pregoeiro poderá realizar diligencias para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "c" acima.

9.5 O Pregoeiro examinara a proposta mais bem classificada quanto a compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão o ser superiores aos valores estimados constantes na tabela do Anexo I.
9.5.1 O Pregoeiro poderá promover diligencia destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta.
9.5.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro devera empreender diligencias para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente cera cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, podendo abranger o Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.
10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação a aqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação as empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificara a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 7.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

10.4. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.4.1.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.4.2.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.4.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.4.2.3. O balanço patrimonial exigido será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.4.2.5. A proponente que é Microempreendedor Individual deverá apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional - DASN SIMEI.

10.4.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

10.4.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

10.4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.3.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**
10.4.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
10.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.
10.4.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.
10.4.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.
10.4.7. Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.
10.4.8. Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 10.4.2.2.

10.4.9. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:
10.4.9.1. No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da proponente, emitido por qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, de que atendeu satisfatoriamente ao objeto em quantidade e características compatíveis ao objeto da licitação;
10.4.9.2. Certificado de Licença Sanitária da licitante, vigente na data da sessão, devidamente atualizada pelo órgão sanitário local competente (Vigilância Sanitária), autorizando exercer atividades de comercialização e/ou fabricação dos objetos licitados.

10.4.10. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**
10.4.10.1. Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO III)**;

10.5. O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Planalto (DESDE QUE VÁLIDO) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 10.5.1 a 10.5.3, para a documentação por ele abrangida.
10.5.1. Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pela Pregoeira.
10.5.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.5.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e

motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.5.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.5.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

10.6. Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:

10.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.7.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.7.1.1. Os originais ou copias autenticadas, caso sejam solicitados, devera o ser encaminhados a Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto – PR CEP:85.750-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligencia, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital.

10.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1. A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

006356

11.2. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3. Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4. Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
III - Em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

11.6. A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8. A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

11.9. Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

11.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

000357

11.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinara a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende as exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.5. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do

recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.planalto.pr.gov.br/ .

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

15.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2. A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

15.1.3. A homologação do resultado desta licitação não obriga está Administração à aquisição do objeto licitado.

30 N.
006359

16. CONDIÇÕES DO OBJETO, LOCAL E DA EXECUÇÃO

16.1. A CONTRATADA deverá entregar/instalar os objetos e instalar os equipamentos em comodato, conforme a necessidade do município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega/instalação emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega/instalação deverá ser realizada na sede da mesma, localizada na Rua Júlio Skrzypczak, n° 742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, de segunda a sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h.

16.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue/executado;
c) Local onde será entregue/instalado o objeto;
d) Prazo para entrega/instalação dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

16.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas/instalações, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Edital;

16.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega/instalação dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

16.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Edital;

16.6. Os objetos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital, devendo ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.7. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

16.8. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

16.9. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

16.10. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

16.11. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

16.12. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

16.13. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

16.14. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

16.15. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO COMODATO:

16.16. Para o fornecimento dos insumos, a CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

16.17. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano

006351

de fabricação e/ou uso.

16.18. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

16.19. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

16.20. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

16.21. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

16.22. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

16.23. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características deste Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

16.24. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

16.25. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

16.26. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos neste Edital.

16.27. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

30 006362

16.28. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

16.29. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

16.30. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

16.31. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

16.32. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1. São Obrigações da CONTRATANTE:

17.1.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato;

17.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

17.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

17.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;

17.1.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;

17.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA atinentes ao objeto do edital;

17.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.2. São Obrigações da CONTRATADA:

17.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega/instalação do objeto;

17.2.2. Efetuar a entrega/instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;

17.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, o objeto com avarias ou defeitos;

17.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.2.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

17.2.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

17.2.9. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;

17.2.10. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Edital;

17.2.11. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

17.2.12. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

17.2.13. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

17.2.14. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos –

FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

17.2.15. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Edital, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderá ser recusada pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

17.2.16. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

17.2.17. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

17.2.18. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

DO COMODATO:

17.2.19. A CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

17.2.20. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

17.2.21. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

17.2.22. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

17.2.23. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

17.2.24. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

17.2.25. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

17.2.26. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características do Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

17.2.27. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa

(PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

17.2.28. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

17.2.29. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos no Termo de Referência e Edital.

17.2.30. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

17.2.31. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

17.2.32. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

17.2.33. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

17.2.34. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

17.2.35. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

18.2. Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

18.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.4. A execução definitiva ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

18.5. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

18.6. Valor máximo estimado da licitação é de **R$ 211.052,00(Duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais).**

18.7. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02220	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

18.8. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fara desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será o calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao me s, ou 6% (seis por cento) ao ano.

19. DO REAJUSTE

19.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

19.1.1. Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

19.1.2. Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

19.2. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

19.3. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão

006367

do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.4. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.5. Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.6. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

19.7. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.8. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.
19.9. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

19.10. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.11. O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

19.12. O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

20. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO

20.1. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATUAL/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta consta como **Anexos IV e V** deste Edital.

20.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura do Instrumento Contratual.

20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Instrumento Contratual, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

20.4. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

20.5. Para assinatura do Instrumento Contratual, esta deverá ser realizada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurados), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

21. DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 21.1 caracterizara o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitara a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

21.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou a Ata, ficara o também sujeitas as sanções referidas no item 22.1.

21.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.4. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas
"b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

21.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.6. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com

a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

21.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

21.14. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que

BONI
006371

utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.15. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

21.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1. Fica assegurado ao Município de Planalto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Planalto - PR.

23. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

24.1. O Município de Planalto realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

24.2. O Município de Planalto fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.2.1. As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

24.2.2. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

24.2.3. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos objetos ou serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.3. A contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

25. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

25.1. Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município

30
006373

promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

25.2. A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa -lá sempre que for necessário.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico **www.diariomunicipal.com.br/amp/**, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.planalto.pr.gov.br/**.

26.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

26.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

26.5. Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos objetos/serviços cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

26.6. A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

26.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

26.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

BONI

006374

26.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Planalto-PR, exceto quando explicitamente disposto em contrário, espeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.11. Fica assegurado à Município Planalto o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos do art. 71, da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.12. A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no Art. 148, da Lei n°14.133, de 2021.

26.13. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site **www.compras.gov.br** e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Planalto.

26.14. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.15. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

26.16. A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

26.17. A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Planalto, quanto do emissor.

26.18. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

26.19. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo

BONI 000375

recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

26.20. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

26.21. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

26.22. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.24. EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

26.25. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema - PR.

26.26. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.27. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Minuta de Ata de Registro de Preços;
ANEXO V	Modelo de Minuta de Contrato.

Planalto – PR, 15 de outubro de 2026.

.....

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORGÃO INTERESSADO:
1.1. Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO:
2.1. REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:
3.1. Angela Regina Garcia Caneppa.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:
4.1. A presente demanda tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, decorre da necessidade permanente da Secretaria Municipal de Saúde de manter condições adequadas de higiene, limpeza, desinfecção e assepsia nos ambientes destinados ao atendimento da população, garantindo condições apropriadas de funcionamento das unidades de saúde e contribuindo para a prevenção de riscos sanitários e de infecções relacionadas aos ambientes assistenciais.
4.2. Os materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar são utilizados de forma contínua nas atividades desenvolvidas pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, sendo indispensáveis para a adequada higienização de superfícies, equipamentos, ambientes, mãos e demais áreas que demandem procedimentos específicos de limpeza e desinfecção.
4.3. A contratação também contempla itens que dependem de equipamentos específicos para sua adequada utilização, tais como dispensers e diluidores, razão pela qual deverá ser prevista, conforme as características de cada item, a disponibilização desses equipamentos em regime de comodato, sem custos adicionais ao Município, incluindo instalação, manutenção e substituição quando necessária.

Bon 006377

4.4. A contratação por meio de Registro de Preços permitirá o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de forma parcelada, conforme o consumo e as demandas efetivamente verificados durante a vigência da Ata/Contrato, evitando a necessidade de aquisição integral dos quantitativos estimados em uma única oportunidade e proporcionando maior adequação entre as aquisições e as necessidades efetivas da Administração.
4.5. Ressalta-se, ainda, que a presente contratação regular é necessária para assegurar a continuidade do fornecimento dos itens utilizados nas atividades de higiene e limpeza hospitalar, considerando a natureza permanente da demanda e a necessidade de manutenção das condições adequadas de funcionamento dos serviços de saúde.

5. MODALIDADE:
5.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:
I - Pregão;
5.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
5.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, e o critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Termo de Referência.
5.4. O modo de disputa a ser utilizado será o ABERTO com intervalo mínimo 0,01 (um centavo de real).
5.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e recorrente da necessidade.
5.6. A Secretaria Municipal de Saúde não consegue estabelecer, com precisão, o momento exato e a quantidade de cada aquisição que será necessária ao longo da vigência da contratação, uma vez que o consumo dos materiais varia de acordo com a demanda dos serviços de saúde.
5.7. O Registro de Preços permite que os itens sejam adquiridos de forma parcelada, conforme as necessidades efetivamente verificadas, evitando a necessidade de aquisição integral e imediata dos quantitativos estimados.
5.8. A sistemática também possibilita melhor organização do estoque e planejamento das solicitações de fornecimento, reduzindo o risco de desabastecimento e permitindo que a Administração solicite os itens de acordo com o consumo real.
5.9. Dessa forma, o Registro de Preços apresenta-se compatível com as características da contratação e com a necessidade de fornecimento contínuo dos materiais.

6. VALOR:
6.1. O valor total estimado é de **R$ 211.052,00(Duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais).**
6.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, contrato anterior deste município, pesquisa no Banco de Preços e em outros municípios.
6.3. Responsável pela cotação: Anne Danielle Grehs.

7. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CATMAT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

01	**PAPEL TOALHA INTERFOLHADO**, gramatura média (GM P/M2) 20, largura da folha 20 cm, comprimento da folha 20,5 cm, matéria prima de fibras de celulose virgem, extra branco,validade prazo indeterminado, apresentar testes em conformidade com as normas da ABNT e padrões de qualidade (normas NBR15134, NBR15010, NBRNM –ISO1924-2). Embalagem plástica com 1.000 folhas. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 136 unidades de **DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO**, confeccionado em material plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, com sistema de abertura e fechamento por chave, visor frontal para controle de reposição, compatível com papel toalha interfolhado de duas ou três dobras. Deve possuir design que facilite a higienização, com cantos arredondados, fixação em parede e capacidade compatível com os refis ofertados. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção e substituição em caso de defeito, sem custos adicionais para a contratante.	FARDO	1000	374443	R$ 23,90	R$ 23.900,00
02	**PAPEL HIGIÊNICO** gramatura média 18 gr (gm p/m2) largura da folha 9cm comprimento da folha 300mt matéria prima 100% fibras celulósicas validade prazo indeterminado, apresentar laudo microbiológico. Embalagem c/ 8	FARDO	300	297836	R$ 83,85	R$ 25.155,00

Boni
000379

	rolos, tipo da embalagem pacote ou fardo plástico. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 50 unidades de **DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO**, confeccionado em plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, destinado ao acondicionamento de papel higiênico rolão de 300 metros ou compatível com o item ofertado. Deve possuir fechamento com chave, visor frontal para inspeção do nível de papel, sistema que facilite abastecimento e higienização, além de fixação em parede. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção preventiva/corretiva e substituição quando necessário, sem ônus ao município.					
03	**DESINFETANTE HOSPITALAR BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO.** Utilizado para desinfecção de superfícies contaminadas. Apresenta eficácia comprovada para bactérias testadas como: Gram positivas e Gram-negativas, Staphylococcus áureas, Salmonela choleraesuis e Pseudomonas aeruginos. Indicado para limpeza mesas, macas, colchões, bandejas de medicação etc. Não contém fragrância. Composição: Cloreto de alquil, dimetil benzil amônico (quaternário de amônio) - 4% tensoativo não iônico, preservante e água. Diluição 1:200. Apresentar registro na Anvisa, FISPQ e Boletim Técnico. Atender as áreas de assistência à	GALÃO 5 LITROS	200	607280	R$ 157,00	R$ 31.400,00

006380

	saúde. Embalagem plástico galão com 5 litros. Produto de referência ou qualidade equivalente/superior: PRO 8041 **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 08 unidades de **DILUIDOR UNITÁRIO PARA PRODUTOS CONCENTRADOS**, destinado à diluição automática de saneantes concentrados, compatível com os produtos ofertados pela empresa. Equipamento confeccionado em material resistente à ação química dos produtos utilizados, com sistema de dosagem precisa, fixação em parede e identificação das diluições. Deve permitir diluição padronizada conforme orientação do fabricante, contribuindo para segurança do usuário, redução de desperdícios e padronização dos processos de limpeza e desinfecção. Equipamento em comodato, incluindo instalação, treinamento de uso, manutenção e substituição sem custos adicionais para a contratante.					
04	**LIMPADOR DETERGENTE HOSPITALAR INODORO** Indicações de uso: indicado para utilização em clínicas médicas e odontológicas, consultórios, ambulatórios e hospitais na limpeza de superfícies laváveis. Instruções de uso: este produto pode ser utilizado nas proporções de 1:10 a 1:80 de acordo com o grau de sujidade. Aplicar o produto, previamente diluído, sobre a superfície a ser limpa e esfregar com auxílio de esponja, pano ou mop. Observação: as dosagens e	GALÃO 5 LITROS	200	620665	R$ 103,70	R$ 20.740,00

	tempo de contato dependem da aplicação e do grau de sujidade das superfícies. Características Físico-químicas Aspecto: Líquido Viscoso Cor: Laranja Densidade: 1,00 a 1,05 g/cm³ pH: 8,00 a 9,00 Componentes: Tensoativo Aniônico, Alcalinizantes, Sequestrante, Conservante, Solubilizante, Tensoativo Não Iônico, Emulsionante, Corante e Veículo. Informações de manuseio e segurança: Consultar FISPQ do produto. Galão de 5 litros VALIDADE: 12 MESES Produto de referência ou qualidade equivalente/superior: PRO 8030. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 08 unidades de **DILUIDOR UNITÁRIO PARA PRODUTOS CONCENTRADOS**, destinado à diluição automática de saneantes concentrados, compatível com os produtos ofertados pela empresa. Equipamento confeccionado em material resistente à ação química dos produtos utilizados, com sistema de dosagem precisa, fixação em parede e identificação das diluições. Deve permitir diluição padronizada conforme orientação do fabricante, contribuindo para segurança do usuário, redução de desperdícios e padronização dos processos de limpeza e desinfecção. Equipamento em comodato, incluindo instalação, treinamento de uso, manutenção e substituição sem custos					

000382

	adicionais para a contratante.					
05	**DETERGENTE NEUTRO PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS:** detergente pronto para uso com sinergia de tensoativos para lavagem manual e em lavadoras ultrassônicas de materiais médico-hospitalares (cubas e bandejas), laboratoriais e superfícies fixas. Sua formulação possuí glicerina é isenta de cloreto de sódio. Foi desenvolvido especificamente para área hospitalar e laboratorial Unidades por kit: 1. Peso líquido: 5 kg. Volume líquido: 5 L. Tipo de embalagem:Bombona. Detergente concentrado para lavagem manual e em lavadoras ultrassônicas. PH neutro, ideal para superfícies hospitalares. Formulação com glicerina, isenta de cloreto de sódio. Referencia: PROLABNEUTRO. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 08 unidades de **DILUIDOR UNITÁRIO PARA PRODUTOS CONCENTRADOS**, destinado à diluição automática de saneantes concentrados, compatível com os produtos ofertados pela empresa. Equipamento confeccionado em material resistente à ação química dos produtos utilizados, com sistema de dosagem precisa, fixação em parede e identificação das diluições. Deve permitir diluição padronizada conforme orientação do fabricante, contribuindo para segurança do usuário, redução de desperdícios e padronização dos processos de limpeza e desinfecção.	GALÃO 5 LITROS	200	432428	R$ 104,68	R$ 20.936,00

006383

	Equipamento em comodato, incluindo instalação, treinamento de uso, manutenção e substituição sem custos adicionais para a contratante.					
06	**SABONETE LÍQUIDO PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E DO CORPO,** sem finalidade antisséptica, aspecto líquido viscoso ou cremoso, pH entre 6,0 e 8,0, fragrância suave, dermatologicamente testado, acondicionado em refil de 800 mL, compatível com o dispenser utilizado ou fornecido em comodato. Produto devidamente regularizado perante a Anvisa, com rotulagem contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e instruções de uso. Validade mínima de 18 meses na data da entrega. Caixa contendo 6 refis de 800 ML cada. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 120 unidades de **DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO,** tipo parede, confeccionado em plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, compatível com refil de 800 ml ofertado. Deve possuir acionamento frontal/manual, visor para controle de reposição, sistema de fechamento com chave, reservatório/refil protegido contra contaminação e design que facilite limpeza e desinfecção. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção e substituição em caso de defeito, sem custos adicionais à contratante.	UN	100	636637	R$ 55,60	R$ 5.560,00

07	**SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO**, com Triclosan, indicado para a lavagem correta das mãos. propriedades físicas e químicas: - pH 100% : 5,0 – 7,0 - Aparência e Odor: Líquido viscoso, branco perolado, inodoro. - Diluição: Pronto para usar. Sem diluir. - Ativo: -Triclosan 0,5% -Dimensões: aproximadamente Comprimento 12cmxLargura 9cmxAltura 9cm Capacidade: 800ml compatível com dispenser - Fragrância: Neutro Apresentar registro na Anvisa, FISPQ e Boletim Técnico. Atender as áreas de assistência à saúde. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 35 unidades de **DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO,** tipo parede, confeccionado em plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, compatível com refil de 800 ml ofertado. Deve possuir acionamento frontal/manual, visor para controle de reposição, sistema de fechamento com chave, reservatório/refil protegido contra contaminação e design que facilite limpeza e desinfecção. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção e substituição em caso de defeito, sem custos adicionais à contratante.	UN	50	604234	R$ 36,70	R$ 1.835,00
08	**ALCOOL GEL 70% ANTISEPTICO PARA**	UN	100	269943	R$ 62,50	R$ 6.250,00

006385

	HIGIENIZAÇÃO E ANTISEPSIA DAS MÃOS REFIL PARA DISPENSER DE PAREDE, 800ML concentração alcoólica 70% apresentam ação antisséptica, não pegajoso com secagem rápida, ação antisséptica comprovada, não deve conter partículas sólidas em suspensão, deve proporcionar hidratação pela ação do Aloe vera e da glicerina em sua composição, possuir laudos realizados em laboratório credenciado, que comprovem a eliminação de 99,99% para os microrganismos testados: Pseudomonas aeruginosa, Staphylococcus aureus, Eschirichia coli e Salmonella choleraesuis, in/Glicerol,Imidazolidinyl urea/Imidazolidinilureia incolor, gel, Ph: 6,0 – 8,0, ativo: Álcool Etílico 70% INPM, características físico-química à 20ºC Incolor Gel pH 6,0 – 8,0. Apresentar ficha técnica e/ou laudo de análise da composição e Registro na ANVISA. Apresentar registro na Anvisa, FISPQ e Boletim Técnico. Atender as áreas de assistência à saúde. Embalagem refil plástica 800ml. **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 150 unidades de **DISPENSER PARA ÁLCOOL GEL**, tipo parede, confeccionado em plástico ABS de alta resistência ou material equivalente/superior, compatível com refil de 800 ml ofertado. Deve possuir acionamento frontal/manual, visor para controle de reposição, sistema de fechamento com chave,					

	reservatório/refil protegido contra contaminação e design que facilite limpeza e desinfecção. Cor branca ou similar neutra. Equipamento em comodato, incluindo instalação, manutenção e substituição em caso de defeito, sem custos adicionais à contratante.					
09	**DESINFETANTE HOSPITALAR DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO**, indicado para desinfecção de superfícies fixas, artigos não críticos, materiais de inaloterapia e assistência ventilatória, com ação antimicrobiana de amplo espectro. Composição contendo associação de quaternário de amônio e polihexametileno biguanida (PHMB), com tensoativo não iônico, solvente e veículo aquoso. Produto com ação desinfetante eficaz para utilização em estabelecimentos assistenciais de saúde, clínicas, ambulatórios, consultórios e demais áreas relacionadas à assistência à saúde. Indicado para desinfecção de superfícies laváveis, mobiliários, macas, bancadas, equipamentos e artigos não críticos, podendo também ser utilizado em processos de pré-limpeza/descontaminação de instrumentais. Características físico-químicas mínimas: • Estado físico: líquido; • Solúvel em água; • pH próximo da neutralidade; • Baixo odor; • Não corrosivo quando utilizado conforme recomendação do fabricante. Modo de uso: Produto concentrado, passível de	GALÃO 5 LITROS	200	616691	R$ 212,68	R$ 42.536,00

006387

	diluição conforme finalidade de uso, devendo apresentar eficácia para desinfecção de nível intermediário com tempo de contato máximo de até 10 minutos, conforme orientação do fabricante. Deve possuir: • Registro vigente na ANVISA; • FISPQ; • Boletim/Ficha Técnica; • Comprovação de eficácia microbiológica; • Indicação de uso hospitalar e assistência à saúde. Embalagem: Galão plástico resistente contendo 5 litros. REFERENCIA: SURFIC **OBS:** Deverá acompanhar sem custos adicionais, sendo em comodato, 08 unidades de **DILUIDOR UNITÁRIO PARA PRODUTOS CONCENTRADOS**, destinado à diluição automática de saneantes concentrados, compatível com os produtos ofertados pela empresa. Equipamento confeccionado em material resistente à ação química dos produtos utilizados, com sistema de dosagem precisa, fixação em parede e identificação das diluições. Deve permitir diluição padronizada conforme orientação do fabricante, contribuindo para segurança do usuário, redução de desperdícios e padronização dos processos de limpeza e desinfecção. Equipamento em comodato, incluindo instalação, treinamento de uso, manutenção e substituição sem custos adicionais para a contratante.					
10	**HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%** desinfetante clorado de alto	GALÃO 1 LITRO	200	437157	R$ 8,70	R$ 1.740,00

006388

	desempenho, uso hospitalar. Características Princípio Ativo: Hipoclorito de Sódio 1% - 10.000 ppm Hipoclorito de Sódio Estabilizante e Veículo VALIDADE: 06 meses a partir da data de fabricação Embalagem: 1 LITRO					
11	**DETERGENTE ENZIMÁTICO 4 ENZIMAS**, a base de amilase, protease, lipase e carboidrase, ph neutro, não corrosivo, específico para limpeza manual e automática de instrumentais e ouros materiais médicos e ou odontológicos, frasco 1.000ml.	GALÃO 1 LITRO	200	328078	R$ 155,00	R$ 31.000,00
VALOR TOTAL: R$ 211.052,00						

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA/INSTALAÇÃO E DE EXECUÇÃO DOS OBJETOS:

8.1. A CONTRATADA deverá entregar/instalar os objetos e instalar os equipamentos em comodato, conforme a necessidade do município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega/instalação emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega/instalação deverá ser realizada na sede da mesma, localizada na Rua Júlio Skrzypczak, n° 742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, de segunda a sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h.

8.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue/executado;
c) Local onde será entregue/instalado o objeto;
d) Prazo para entrega/instalação dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

8.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas/instalações, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

8.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega/instalação dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

8.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Termo de Referência;

8.6. Os objetos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através

006389

de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

8.8. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

8.9. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

8.10. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

8.11. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

8.12. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

8.13. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

8.14. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

8.15. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços /Contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.

9. DO COMODATO:

9.1. Para o fornecimento dos insumos, a CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

9.2. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

9.3. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

9.4. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

9.5. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

Boni
006390

9.6. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.
9.7. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.
9.8. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características deste Termo de Referência, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.
9.9. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.
9.10. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.
9.11. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos neste Termo de Referência.
9.12. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.
9.13. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.
9.14. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.
9.15. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.
9.16. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.
9.17. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
10.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades

30N
000391

verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
10.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
10.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
10.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA atinentes ao objeto do edital;
10.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
11.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega/instalação do objeto;
11.2. Efetuar a entrega/instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
11.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
11.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
11.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
11.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
11.9. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;
11.10. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
11.11. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
11.12. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

11.13. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.
11.14. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.
11.15. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.
11.16. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;
11.17. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.
11.18. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.
DO COMODATO:
11.19. A CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.
11.20. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.
11.21. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.
11.22. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.
11.23. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.
11.24. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.
11.25. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.
11.26. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas

características do Termo de Referência no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

11.27. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

11.28. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

11.29. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos no Termo de Referência.

11.30. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

11.31. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

11.32. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

11.33. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

11.34. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

11.35. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

12. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônico para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após a entrega/instalação do objeto;

12.2. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

12.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto-PR, proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02220	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

13.1. Considerando a natureza dos objetos, a contratação deverá ser realizada de forma parcelada por itens, permitindo a participação de maior número de fornecedores que possuam capacidade de fornecimento dos respectivos materiais.

13.2. O parcelamento por item também possibilita à Administração selecionar proposta mais vantajosa para cada objeto individualmente, evitando que empresas que possuam capacidade de fornecimento de determinados itens sejam impedidas de participar em razão da necessidade de fornecimento de itens distintos.

13.3. A divisão por itens mostra-se tecnicamente adequada, uma vez que os materiais possuem características, fabricantes, composições e aplicações distintas.

13.4. Os equipamentos disponibilizados em comodato deverão permanecer vinculados aos respectivos itens e objetos, de modo a garantir compatibilidade entre os materiais fornecidos e os equipamentos de dispensação ou diluição.

13.5. Assim, o parcelamento por item mostra-se a medida mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e competitivo, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S):

14.1. O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

14.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto-PR, 24 de setembro de 2026.

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

EDITAL DE PREGÃO Nº 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 046/2026 em epigrafe que tem por objeto a Implantação de REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR., em atendimento a as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

000396

EDITAL DE PREGÃO Nº 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/21.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º 046/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

BONI
000398

EDITAL DE PREGÃO Nº 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e seis o Município de Planalto, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024 e suas alterações, e do Decreto Municipal nº 2727/2007, em face da classificação das propostas apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 046/2026** por deliberação da Pregoeira, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Planalto, em....., resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

....., sediada na ....., nº....., na cidade de ....., Estado do ....., inscrita no CNPJ sob o nº ..... e Inscrição Estadual sob o nº....., doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. ....., portador do RG nº ..... e do CPF nº .....

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR., para fornecimento eventual e parcelado** durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade da Administração Municipal e de acordo com o edital.

1.2. Descrição:

BONI
006399

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

VALOR TOTAL DA ATA = ----- (----------).

1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.4. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal n° 14.133/21.

1.5. Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

1.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei n°14.133/2021.

2.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no parágrafo único do Art. 84 da Lei n°14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DO OBJETO, LOCAL E EXECUÇÃO

3.1. A CONTRATADA deverá entregar/instalar os objetos e instalar os equipamentos em comodato, conforme a necessidade do município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega/instalação emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega/instalação deverá ser realizada na sede da mesma, localizada na Rua Júlio Skrzypczak, n° 742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, de segunda a sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h.

3.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

g) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
h) Discriminação do objeto a ser entregue/executado;
i) Local onde será entregue/instalado o objeto;
j) Prazo para entrega/instalação dos objetos;
k) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
l) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

3.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas/instalações, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
3.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega/instalação dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;
3.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Termo de Referência;
3.6. Os objetos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
3.7. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;
3.8. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;
3.9. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.
3.10. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.
3.11. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.
3.12. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;
3.13. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.
3.14. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos

documentos fiscais;

3.15. A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO COMODATO:

3.16. Para o fornecimento dos insumos, a CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

3.17. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

3.18. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

3.19. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

3.20. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

3.21. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

3.22. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

3.23. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características deste Termo de Referência, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

3.24. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

3.25. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

3.26. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos neste Termo de Referência.

3.27. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

3.28. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

3.29. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

3.30. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

3.31. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

3.32. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATANTE DA ATA

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

4.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e Contrato.

4.5. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

4.5.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

4.5.2. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagem.

4.6. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
4.7. Observar e aplicar as legislações indicadas nesta Ata de Registro de Preços, bem como as regras aqui estabelecidas;
4.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução mensal dos objetos e a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
4.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
4.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DETENTORA DA ATA

5.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega/instalação do objeto;
5.2. Efetuar a entrega/instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
5.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
5.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
5.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
5.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
5.9. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;
5.10. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de

Referência;

5.11. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

5.12. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

5.13. A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

5.14. Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

5.15. Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

5.16. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

5.17. Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

5.18. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

DO COMODATO:

5.19. A CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

5.20. Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

5.21. A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

5.22. Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

5.23. A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

5.24. O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

5.25. Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

5.26. Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características do Termo de Referência no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

5.27. Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

5.28. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

5.29. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos no Termo de Referência.

5.30. A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

5.31. Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

5.32. Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

5.33. Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

006406

5.34. Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

5.35. Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

6.2. Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

6.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.5. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

6.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

6.6.1. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitidas ao: a Prefeitura Municipal de Planalto CNPJ nº 76.460.526/0001-16.

6.6.2. Endereço: Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto-PR.

6.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:

6.6.3.1. A modalidade e o número da Licitação;

6.6.3.2. O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho;

6.6.3.3. Número do item e descrição do objeto:

6.6.3.4. A descrição do objeto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços;

6.6.3.5. Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

6.6.3.6. O Banco, número da agência e da conta corrente da DETENTORA DA ATA.

6.7. Poderá o Município de Planalto-PR sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da DETENTORA DA ATA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.8. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos Recursos vinculados ao próprio Município, da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02220	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

6.9. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Caberá ao(a) Sr(a) ..... portador(a) do R.G. nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., representante da DETENTORA DA ATA, a responsabilizar-se por: *(nome indicado na Declaração Unificada ANEXO III)*

7.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

7.1.2. Reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

7.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por representante da Secretaria Municipal de Saúde, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ata, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar a execução do objeto.

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.4. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. Ficam credenciados pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária a servidora Jussania Aparecida Rossato Salvi, para junto ao representante da detentora da Ata, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à Detentora da Ata, para aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à Detentora da Ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito, fato

do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução.

8.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8.2.1. A recusa do fornecedor em reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado importará na liberação dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, fica facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor signatário desta ata de registro de preços;

II - A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário desta ata de registro de preços e da Administração Pública; e

III - Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

8.4. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor signatário da ata de registro de preços, cabendo ao gestor do contrato a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

8.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, a administração municipal poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos objetos ou a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

8.7. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.8. Caso o fornecedor não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.9. Liberado o fornecedor, a administração poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos objetos ou a execução dos serviços pelo preço atualizado.

8.10. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.11. Não havendo êxito nas negociações, a administração municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

CLAUSULA NONA - CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

9.1. O registro de preços será cancelado nas seguintes hipóteses:

I - Quando o fornecedor:

a) for liberado;

b) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, nas hipóteses deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista no inc. III, quando aplicada pelo Município de Pato Branco, ou pelo IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Não aceitar o preço revisado pela Administração;

II - No caso de substancial alteração das condições de mercado.

9.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

I - Pelo decurso do prazo de vigência;

II – Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - Por razões de interesse público devidamente justificadas.

9.3. No caso de inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

9.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
10.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

JONI
00411

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.7. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.8. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
10.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.13. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº

14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

12.2. A via do instrumento destinada ao Detentor da Ata de Registro de Preços, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

12.3. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21, combinado com o inciso III do art. 92, do mesmo diploma legal.

12.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Eletrônico nº 046/2026 e a proposta da detentora da Ata conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12.5. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº 046/2026

12.6. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor ....., Prefeito Municipal do Município de Planalto e pelo Sr. ----------, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata e testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Planalto, ... de ..... de 2026.

.....
Prefeito Municipal
CPF nº

Xxxxxxxxxxxxxxxxxx Ltda
Detentora da Ata
(NOME)
Representante Legal

EDITAL DE PREGÃO Nº 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na cidade de....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador do CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 046/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 046/2026**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº 046/2026**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R$.....(....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s)

Boni
006416

fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução mensal dos objetos, emissão e o recebimento da respectiva nota fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os objetos serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços/Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO QUARTO – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do objeto, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente

aceitação mediante termo detalhado.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos de Recursos Livres do Município de Planalto. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02220	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados poderão ser reajustados nos termos da Lei 14.133/2026.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá entregar/instalar os objetos e instalar os equipamentos em comodato, conforme a necessidade do município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega/instalação emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega/instalação deverá ser realizada na sede da mesma, localizada na Rua Júlio Skrzypczak, n° 742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, de segunda a sexta-feira das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue/executado;
c) Local onde será entregue/instalado o objeto;
d) Prazo para entrega/instalação dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas/instalações, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato;

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá fazer a entrega/instalação dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

PARÁGRAFO QUINTO - Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Contrato;

PARÁGRAFO SEXTO - Os objetos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, devendo ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

PARÁGRAFO OITAVO - Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas neste Contrato, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços /Contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.A contratação, objeto desta licitação, será vigente por até 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO COMODATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para o fornecimento dos insumos, a CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO - Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

PARÁGRAFO SEXTO - O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO OITAVO - Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características deste Termo de Referência, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

PARÁGRAFO NONO - Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se

de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

PARÁGRAFO QUARTO - Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

PARÁGRAFO QUINTO - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água

PARÁGRAFO SEXTO – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

PARÁGRAFO OITAVO - Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

PARÁGRAFO NONO - Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, objetos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Quando for o caso, priorizar a aquisição de objetos que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;

Boni 006423

a) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
b) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
e) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA atinentes ao objeto do edital;
g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e Ata de registro de preços/Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega/instalação do objeto;
b) Efetuar a entrega/instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto,

com a devida comprovação;

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

h) Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

i) Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;

j) Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

k) Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

l) Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega/instalação dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

m) A CONTRATADA deverá fornecer os objetos devidamente regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando sujeitos à regularização sanitária, mediante registro, notificação, autorização ou outro instrumento aplicável, conforme a classificação e regulamentação específica de cada produto, podendo a Administração realizar consulta diretamente nos sistemas oficiais da ANVISA para fins de verificação.

n) Para os objetos que, em razão de sua composição, natureza ou classificação, estejam sujeitos à apresentação de documentação de segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no ato da primeira entrega e sempre que houver alteração da formulação ou do produto fornecido, a respectiva Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, ou documento equivalente aplicável, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes.

o) Os objetos que apresentarem irregularidade sanitária, ausência de regularização quando exigível, divergência em relação às especificações estabelecidas no Termo de Referência, identificação inadequada, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade que impeça seu regular recebimento poderão ser recusados pela Administração, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para o Município, observado o prazo estabelecido neste instrumento.

p) Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, lacradas, identificadas e em perfeitas condições de armazenamento e transporte;

q) Os objetos deverão apresentar prazo de validade compatível com sua utilização, observado o prazo mínimo eventualmente estabelecido nas especificações técnicas do descritivo de cada item.

r) A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

DO COMODATO:

s) A CONTRATADA deverá ceder em regime de comodato os seguintes equipamentos: dispensador para papel toalha interfolha, saboneteira com válvula de espuma ou spray, dispenser para papel higiênico rolão e diluidor de produtos químicos concentrados, compatíveis com os insumos sem ônus para a Secretaria Municipal Saúde.

t) Os equipamentos cedidos em regime de COMODATO deverão ter no máximo (01) ano de fabricação e/ou uso.

u) A CONTRATADA será responsável pelas instalações dos equipamentos no local de funcionamento, após o recebimento da ordem de fornecimento do referido contrato, sem custos adicionais para a Secretaria Municipal Saúde.

v) Todo transporte horizontal/vertical necessário à instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos em regime de comodato serão por conta da CONTRATADA.

w) A CONTRATADA deverá garantir a funcionalidade do equipamento durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

x) O prazo para a solução do problema e a disponibilização do equipamento para uso será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

y) Havendo necessidade de manutenção por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá efetuar imediatamente a substituição do equipamento danificado por outro em perfeito funcionamento e com as mesmas características do retirado, garantindo que não irá interromper o processo de trabalho por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

z) Em caso de vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal, não solucionados nas manutenções e com alta frequência de interrupção do processo de trabalho, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do equipamento por outro de mesmas características do Termo de Referência no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos da notificação.

aa) Deverá responsabilizar-se pela assistência técnica, manutenção completa (PREVENTIVA E CORRETIVA), bem como por substituição de peças, partes, acessórios e outros necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos em comodato durante o período de contrato, sem ônus adicional para a Secretaria Municipal Saúde.

bb) A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de rotinas de inspeção e manutenção corretiva, calibração e/ou processos de validação/qualificação de seus equipamentos, de acordo as instruções de manutenção do fabricante do equipamento disponibilizado e normas vigentes.

cc) A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se de peças originais registradas na ANVISA, equipamentos, ferramentas, atendimento profissional realizado por técnicos/engenheiros treinados e qualificados, necessários à perfeita execução contratual, conforme dispostos no Termo de Referência.

dd) A CONTRATADA deverá apresentar aos setores responsáveis os testes que serão realizados na manutenção preventiva e corretiva. Esses testes devem seguir as recomendações do manual da fabricante e das Normas Técnicas vigentes.

ee) Após a realização da manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá preencher a Ordem de Serviço de forma legível que conste a Secretaria Municipal Saúde, o nome do equipamento, modelo, número de série, data da realização da manutenção, bem como descrever os testes que foram realizados, as peças que foram substituídas para cada equipamento, hora e data do início da chamada, hora e data do término da chamada. O formulário dando ciência da realização da manutenção será assinado pelo Responsável do setor onde o equipamento encontrar-se e/ou Fiscal do Contrato ou colaborador por estes designados a realizar o acompanhamento.

ff) Todo equipamento que entrar ou for retirado da Secretaria Municipal Saúde deverá ser registrado no setor responsável.

gg) Para a retirada ou substituição do equipamento a CONTRATADA deverá comunicar e notificar a Secretaria Municipal Saúde para executar a baixa no cadastro.

hh) Os serviços de manutenção serão executados no local em que se encontram instalados os equipamentos, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

ii) Os chamados provenientes de atendimento de manutenção deverão ser atendimentos a qualquer hora, 07 (sete) dias por semana, independentemente de feriados, exceto em casos de comum acordo com o fiscal de contrato, sem prejuízo à assistência ao paciente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de

Boni
006429

Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusa o do objeto, caso em que devera o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de

termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

a) O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

b) A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, está ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista,

previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, ... de ..... de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

....

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO

AVISO DE LICITAÇÃO

"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 046/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 046/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

VALOR: R$ 211.052,00(Duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 04 de novembro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:E924A1A6

Publicada em	16/10/2026
Diário	Diário Oficial dos Municípios do Paraná
Edição	3638
Código identificador	E924A1A6

A autenticidade desta matéria pode ser conferida informando o código identificador em
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

AVISO DE CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 011/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 011/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa legalmente constituída e especializada para a execução de obra de implantação de espaço de recreação – campo de futebol para crianças locais e visitantes – e de espaço coberto para incentivo à agricultura familiar local, de forma a fortalecer a rota turística municipal, na Praça Francisco Hoffmann, Município de Planalto/PR, incluindo todos os serviços, fornecimentos, equipamentos, mão de obra, encargos, transportes, testes, limpeza e providências necessários à entrega completa e funcional do empreendimento.

VALOR TOTAL: R$ 859.556,84 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DA ABERTURA: Dia 03 de novembro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br.

Planalto – PR, 16 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO E ATO ADJUDICATÓRIO
CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 010/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO, com base na Lei Federal 14.133/21, faz saber aos interessados que realizou abertura de documentos e propostas de preços referente ao edital de CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº010/2026 de acordo com o abaixo descrito:

OBJETO: Pavimentação sobre pedras irregulares de vias urbanas em CBUQ, 74.602,49 m2, incluindo serviços preliminares, fresagem e demolição do pavimento existente, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra.

EMPRESA ADJUDICADA: META CONSTRUTORA LTDA

VALOR TOTAL: R$ 12.295.000,00 (doze milhões duzentos e noventa e cinco mil reais).

DATA: 09 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 041/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 041/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.

VALOR: R$ 311.100,00 (Trezentos e onze mil e cem reais).

NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 05 de novembro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 046/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 046/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

VALOR: R$ 211.052,00(Duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 04 de novembro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE EDITAL DE LEILÃO
"LEILÃO ELETRÔNICO" Nº 001/2026

O Município de Planalto, através da Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de **LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**, em tempo real para alienação de veículos e bens inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Planalto-PR, do tipo maior lance de cada lote, por meio do Leiloeiro Oficial do Município de Planalto-PR, Amauri Machado De Mello, designado pela Portaria nº 304 de 2025, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net), devidamente contratado pelo Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025, objetivando a venda de bens inservíveis para a Administração, conforme descrito abaixo:

OBJETO: O presente edital tem por objeto a alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital.

VALOR TOTAL: R$ 416.300,00 (quatrocentos e dezesseis mil e trezentos reais).

DATA DE INICIO DOS LANCES: 19 de outubro de 2026 até 25 de novembro de 2026 – às 10h00min. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, conforme endereço no preâmbulo, e será retirado no site do Município de Planalto, ou ainda solicitado pelo e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, assim como se encontra disponível nos sítios eletrônicos plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

VisuArt
artes & impressões
Soluções práticas e criativas!
BANNER - ADESIVO - PLACAS - MATERIAL GRÁFICO
PERSONALIZAÇÃO DE VEÍCULOS E FROTAS
DECORAÇÃO DE AMBIENTES E EVENTOS
46 3552.2679 46 99978.4038 Rua Pernambuco 1086 - Capanema - PR



Notícias na visão do culto Elásio

CÃO FAREJADOR DESCOBRE DROGANA PRAÇA, NO CENTRO DE CURITIBA

A Polícia Militar foi acionada por uma denúncia de trafico de drogas na Praça Carlos Gomes, no centro de Curitiba. Ao abordar os suspeitos, encontrou droga com os dois. Estes indicaram um outro que vendia a droga. A PM foi atrás e prendeu o traficante. Com ele, mais drogas. E aí, alguém da praça disse que houve movimentação suspeita em um canto da praça. Chamaram o canil da PM e o cão farejador, em dois minutos, localizou uma grande quantidade de drogas escondidas nos arbustos da praça Resultado: todo mundo em cana e o cão homenageado pelos PMs. Um bom trabalho da PM, sem violência e com muita precisão.

Notícias na visão do Nho Cido

O CÃO ACHOU A DROGA E FOI TODO MUNDO EM CANA

Um cão da Pm, em Curitiba, conseguiu encontrar uma grande quantia de drogas, escondidas nos arbustos de uma praça central. Após a PM prender dois compradores de droga e o traficante, uma pessoa da praça disse que havia mais drogas escondidas na praça. Ao colocarem o cão para trabalhar, este encontrou as drogas muito rapidamente e todo mundo foi em cana. A quantidade não foi revelada, mas era muita droga. Um bom trabalho que levou para a prisão mais três vagabundos do mundo do tráfico.